

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

ALLAN COSTA STEIN

**TRANSITIVIDADE:
NO PRINCÍPIO ERA O VERBO, MAS AGORA O FOCO É TODA A
SENTENÇA...**

VITÓRIA
2015

ALLAN COSTA STEIN

**TRANSITIVIDADE:
NO PRINCÍPIO ERA O VERBO, MAS AGORA O FOCO É TODA A
SENTENÇA...**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Línguas e Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Linguística, na área de concentração Teorias e Análises Linguísticas.
Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha

VITÓRIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Stein, Allan Costa, 1991-
S819t Transitivity : no princípio era o verbo, mas agora o foco é
 toda a sentença - - / Allan Costa Stein. – 2015.
 69 f.

Orientador: Lúcia Helena Peyroton da Rocha.
Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Humanas e Naturais.

1. Língua portuguesa – Transitivity. 2. Língua portuguesa –
Verbs. 3. Sociolinguistics. 4. Functionalism (Linguistics). I.
Rocha, Lúcia Helena Peyroton da, 1960-. II. Universidade Federal
do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Title.

CDU: 80

ALLAN COSTA STEIN

“Transitividade: no princípio era o verbo, mas agora o foco é toda a sentença...”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Linguística.

Aprovada em 15 de dezembro de 2015.

Comissão Examinadora:



Profa. Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES)
Orientadora, Presidente da Sessão e da Comissão Examinadora



Profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi (UFES)
Membro Titular Interno da Comissão Examinadora



Prof. Dr. Gustavo Ximenes Cunha (UNIFAL-MG)
Membro Titular Externo da Comissão Examinadora

Àqueles que, mesmo de longe, estiveram comigo durante toda essa jornada. Dedico esta dissertação, especialmente, à Profa. Reni, que, com seu jeito, me fez optar e sonhar com o curso de Letras, mesmo quando eu ainda estava no Ensino Médio.

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado não é feita apenas da leitura de muitos livros e artigos. Na verdade, tão importante quanto a nossa dedicação são aquelas pessoas que, de perto ou de longe, ficam sempre ao nosso lado para nos dar apoio e, às vezes, para nos impedir de perder o foco. Embora muita gente tenha contribuído de alguma maneira para a conclusão do meu mestrado, gostaria de dirigir algumas palavras àqueles que foram realmente decisivos para o êxito desta etapa em minha vida.

Em primeiro lugar, agradeço imensamente à Profa. Lúcia Helena, minha orientadora, pela confiança e liberdade em todas as etapas da pesquisa. Agradeço por todas as vezes em que me ajudou, inclusive financeiramente, durante a graduação, quando enfrentei uma série de problemas pessoais. Tê-la como orientadora nestes últimos 4 anos foi um presente de Deus para mim!

Sou muito grato também à Profa. Edenize Ponzó Peres. Ela, com certeza, é mais uma das muitas pessoas que Deus colocou em minha vida para me abençoar: além de ter sido a minha primeira orientadora, me convidou para trabalhar, como estagiário, no Colegiado de Letras-Português em 2010 e me abriu as portas de sua casa, onde fiquei por quase 2 anos. O agradecimento é extensivo à Silvinha, que me acolheu de forma muito especial. A única da casa que ainda não me aceita é a Kika, a cachorrinha de estimação da família. Mas fazer o quê, não é?! Não se pode ter tudo na vida...

Lorrann e Luíza, muito obrigado pela amizade! As muitas vezes em que choramos de rir e as incontáveis partidas que ganhei de vocês no *vídeo-game* (!) também foram muito importantes para aliviar a tensão de estar concluindo o mestrado. As nossas viagens foram inesquecíveis, especialmente aquela em que eu, Lorrann e Thiago ficamos procurando, num pasto, cercados por bois e vacas muito bravos, uma planta que a Bianca queria... fotografar...

Bárbara e Pri, minhas melhores amigas do mestrado, obrigado por tudo! Com certeza, enfrentar essa etapa foi uma tarefa muito mais prazerosa ao lado de vocês. De fato, somos a prova de que, embora não seja fácil, fazer amizades no meio acadêmico é, sim, possível!

Agradeço também ao Prof. Gustavo e à Profa. Micheline, que, no Exame de Qualificação, propuseram uma série de alterações à pesquisa e ao texto da dissertação, o que contribuiu substancialmente para a melhoria do trabalho. Obrigado, também, pela participação em minha defesa.

Para (quase) finalizar, agradeço ao Jares Lima, meu colega de curso, que leu boa parte da dissertação e propôs muitas mudanças para melhorar o produto final. Assumo, contudo, toda a responsabilidade pelos equívocos que eventualmente persistam no trabalho.

Para a Capes, o meu obrigado por minha bolsa de pesquisa, que viabilizou a realização deste projeto.

Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre. [...] Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto.

(Ferdinand de Saussure)

RESUMO

Tradicionalmente a transitividade tem sido contemplada como uma propriedade de certos nomes e verbos. De maneira geral, são considerados transitivos os lexemas que, em função de sua incompletude semântica, exigem a presença de um complemento que lhes integre o sentido e contribua para a gramaticalidade da sentença. Entretanto, esse fenômeno é muito mais complexo do que sugerem os gramáticos tradicionais, sendo, portanto, conveniente analisá-lo de outras perspectivas, supostamente mais adequadas. Deste modo, defendemos, no presente trabalho, a pertinência de se contemplar a transitividade de um viés funcionalista, mais especificamente a partir dos postulados de Hopper e Thompson (1980), os quais consideram o fenômeno uma propriedade que, de maneira escalar, envolve toda a sentença. Baseados na análise de um texto narrativo, produzido em situação de entrevista por um informante com 7 anos de idade, confirmamos a hipótese de que os falantes manipulam o sistema de transitividade com vistas a atender seus propósitos comunicativos, porque os trechos com maior grau de transitividade estão associados ao plano de figura, enquanto os trechos menos transitivos, ao plano de fundo. Além disso, a partir do estudo de 280 sentenças produzidas por 20 informantes entre 4 e 7 anos de idade, demonstramos que as sentenças mais frequentes na fala desse grupo são as de transitividade média (41%), seguidas das de transitividade alta e das de transitividade baixa, que respondem, respectivamente, por 36 e 23% do total de ocorrências. Essas informações, quando comparadas com os achados de Thompson e Hopper (2001), evidenciam que as formas de manifestações da transitividade estão diretamente relacionadas ao modo como os diferentes gêneros discursivos se configuram.

Palavras-chave: Funcionalismo; Transitividade; Planos discursivos; Entrevistas sociolinguísticas.

ABSTRACT

Traditionally the transitivity is considered a property of some names and verbs. In general, the lexemes that require the presence of an complement for integrate the sense of them, are considered transitive. However, the transitivity is a more complex phenomenon than the grammarians suggest. It is therefore necessary to analyze this phenomenon from other perspectives, which are probably more appropriate. In this research, we defend the relevance of analyzing the transitivity from a functionalist approach, more specifically from the postulates of Hopper and Thompson (1980). These researchers believe that transitivity is gradient and it involves the whole clause. Based on the analysis of a narrative text that was produced during an interview by an informant to 7 years old, we confirm the hypothesis that the speakers handle the transitivity system in order to reach their communicative intentions, because the portions with high degree of transitivity are associated with the foreground, and the portions that have low degree of transitivity are associated with the background. In addition, based the study of 280 sentences produced by informants between 4 and 7 years old, we show that the sentences with median transitivity are the most common in our corpus (41%); in turn, the sentences with high transitivity and the sentences with low transitivity are less recurrent (36 and 23%, respectively). These data, when compared with findings from Hopper and Thompson (2001), suggest that the transitivity manifests itself in different ways because of the particularities of the gender of discourse in question.

Keywords: Functionalism; Transitivity; Discursive Plans; Interviews Sociolinguistic.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 –	A transitividade em 4 dicionários de língua portuguesa	17
Quadro 2 –	Formalismo <i>versus</i> Funcionalismo em Linguística.....	38
Quadro 3 –	Parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980)	45
Quadro 3.1 –	Parâmetros de Individuação do Objeto	45

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
2	NO PRINCÍPIO ERA O VERBO: A TRANSITIVIDADE NA CONCEPÇÃO DOS GRAMÁTICOS	16
2.1	PARA CONCLUIR (ESTE CAPÍTULO)	21
3	AGORA É A VEZ DOS LINGUISTAS	23
3.1	A COMPLEMENTAÇÃO NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS: UMA VISÃO CRÍTICA.....	23
3.2	A COMPLEMENTAÇÃO NA GRAMÁTICA GERATIVA	25
3.2.1	Classificação dos verbos quanto ao número de argumentos que selecionam e ao tipo de relacionamento que estabelecem com os seus argumentos	29
3.3	A PROPOSTA DE PERINI (2009)	35
3.4	ÚLTIMAS PALAVRAS (DESTE CAPÍTULO)	36
4	REFERENCIAL TEÓRICO ADOTADO	37
4.1	O PONTO DE VISTA CRIA O OBJETO: FORMALISMO E FUNCIONALISMO EM LINGÜÍSTICA	37
4.2	EXPLORANDO UM POUCO MAIS O FUNCIONALISMO	40
4.2.1	Funcionalismo e Gramática: em foco, a transitividade na perspectiva de Hopper e Thompson	44
4.3	FINALIZANDO (ESTE CAPÍTULO)... ..	47
5	METODOLOGIA	49
6	ANÁLISE DOS DADOS	53
6.1	ANÁLISE QUALITATIVA	53
6.2	ANÁLISE QUANTITATIVA	56
7	PARA (NÃO) CONCLUIR	63
	REFERÊNCIAS	66

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A transitividade tem despertado o interesse de muitos estudiosos, em função de sua importância para a Gramática das mais diferentes línguas. Entretanto, esse fenômeno definitivamente é muito mais complexo do que, em geral, sugerem os gramáticos e dicionaristas, por exemplo. Aliás, mesmo entre os paladinos da Gramática Tradicional, há uma série de controvérsias que ainda não foram resolvidas. Algumas dessas controvérsias serão discutidas oportunamente.

Entre os linguistas, a concepção de transitividade não é menos polêmica. Diferentes teorias apontam para modos distintos de se vislumbrar essa propriedade central das línguas humanas. Afinal, qual é o alcance da transitividade? Por que ela constitui um universal linguístico? Até que ponto o sistema de transitividade pode ser influenciado por fatores extralinguísticos, sobretudo fatores cognitivos e discursivos? Estas e outras questões são abordadas no presente trabalho, que tem por objetivo geral discutir a transitividade a partir de diferentes ângulos e apresentar evidências em favor de uma abordagem funcionalmente orientada do problema. Por outro lado, os objetivos específicos são: (1) caracterizar a transitividade com base na proposta de Hopper e Thompson (1980) e de Thompson e Hopper (2001), tendo em vista o que dizem alguns proponentes de abordagens teóricas alternativas; e (2) aplicar os parâmetros de Hopper e Thompson (1980) a uma série de sentenças produzidas por indivíduos entre 4 e 7 anos de idade, em situação de entrevista, a fim de verificar: (a) quais são as sentenças mais frequentes no *corpus* analisado e (b) quais são os impactos da transitividade na organização de um texto narrativo produzido por um dos entrevistados.

A hipótese central é a de que a transitividade não se resolve em termos binários, devido à complexidade com que uma ação pode ser transferida de um agente para um paciente. Desta hipótese mais geral, naturalmente decorrem outras, mais específicas, como as seguintes: (1) a manifestação da transitividade depende, sobretudo, das especificidades do gênero discursivo em questão, de modo que, em gêneros com características muito distintas, a distribuição de sentenças de transitividade alta, média ou baixa pode diferir consideravelmente; (2) considerando-se que qualquer texto constitui um todo-significativo, com elementos que se inter-relacionam devido à ativação de diferentes mecanismos, a transitividade, em princípio, deve ser aferida com base em um olhar que ultrapasse o nível da frase.

Transitividade: no princípio era o verbo, mas agora o foco é toda a sentença é uma tentativa de sintetizar o modo como a Gramática Tradicional, o Formalismo (sobretudo, a Teoria Gerativa) e uma vertente do Funcionalismo norte-americano abordam o fenômeno da transitividade, sem, contudo, incorrer no erro de acreditar que essas abordagens constituam modelos de análise monolíticos e homogêneos. Assim, parte-se de uma visão que preconiza a transitividade como uma propriedade de certos nomes e verbos para se chegar a uma teoria que a concebe como um complexo sintático-semântico escalar (não discreto), que envolve toda a sentença. E isso justifica a escolha do título.

O trabalho organiza-se da seguinte maneira: no segundo capítulo, discutimos a transitividade a partir da tradição gramatical. Para isso, foram consultados seis gramáticos de referência, que se destacaram no processo de desenvolvimento dos estudos gramaticais em nosso país. Além disso, comparamos a visão desses gramáticos com o que postulam quatro dicionários gerais de grande circulação, sendo dois impressos e dois *online*.

No capítulo 3, intitulado *Agora é a vez dos linguistas*, apresentamos, em primeiro lugar, uma visão crítica acerca do modo como os gramáticos abordam a questão da transitividade. Em seguida, discutimos a noção de complementação utilizando alguns elementos da Gramática Gerativa e, por fim, resenhamos muito simplificada a proposta de Perini (2009) sobre a transitividade verbal.

No capítulo 4, discutimos o referencial teórico adotado na pesquisa. Primeiro, apresentamos os aspectos que, no nosso entendimento, melhor caracterizam as diferentes abordagens funcionalistas da linguagem, as quais, mesmo em meio a tanta diversidade, compartilham alguns pressupostos teóricos fundamentais, como a ideia de que a estrutura gramatical das diferentes línguas é altamente sensível a fatores externos de ativação. É nesse capítulo também que apresentamos a concepção de transitividade adotada por Hopper e Thompson (1980), que embasa as nossas análises.

No capítulo 5, todo dedicado à metodologia, falamos sobre a natureza do nosso *corpus* e apresentamos uma série de procedimentos adotados na pesquisa.

No capítulo 6, discutimos como a transitividade efetivamente se manifesta nas entrevistas analisadas. Em primeiro lugar, apresentamos, a partir de uma abordagem qualitativa, os resultados de uma investigação que procura detectar as supostas inter-relações entre o sistema de transitividade e a organização do texto, tendo em vista os diferentes planos discursivos (figura e fundo). Para isso, partimos da investigação de uma narrativa que consta da Amostra de Fala Infantil do Banco de Dados do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL/UFRJ). Em seguida, com base em 20 entrevistas retiradas desse mesmo banco

de dados, verificamos qual é o tipo de sentença mais frequente na fala de nossos entrevistados, crianças entre 4 e 7 anos de idade. Dentro de nossas limitações, procuramos interpretar os resultados obtidos.

No último capítulo, apresentamos as considerações finais e destacamos as principais contribuições deste trabalho. Além disso, falamos também sobre as nossas pretensões com relação à pesquisa, que certamente, mesmo após a conclusão do mestrado, continuará em andamento.

Esta pesquisa se justifica na medida em que procura contribuir para os estudos sobre a transitividade em perspectiva funcionalista, de modo bastante inovador, pois não encontramos, no Brasil, qualquer trabalho que explore a transitividade nessa perspectiva, em textos infantis. A escolha pela amostra de fala infantil do PEUL/UFRJ deveu-se, sobretudo, ao caráter das entrevistas, direcionadas pelos pressupostos da sociolinguística variacionista, e também ao tempo de que dispúnhamos para a realização do mestrado.

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do Projeto de Pesquisa *Estudo da transitividade no funcionamento da linguagem*, vinculado ao Núcleo de Pesquisas em *Linguagens da UFES*, coordenado pela Profª. Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos dessa mesma universidade. O objetivo dos pesquisadores que participam do referido projeto é analisar, descrever e explicar o fenômeno da transitividade na perspectiva da língua em uso. Para tanto, de maneira geral, tomam-se como referenciais teóricos, sobretudo, as proposições de Givón (1984, 1995), de Hopper e Thompson (1980) e de Thompson e Hopper (2001).

2. NO PRINCÍPIO ERA O VERBO: A TRANSITIVIDADE NA CONCEPÇÃO DOS GRAMÁTICOS

Os gramáticos, em geral, concebem a transitividade como uma propriedade de certos nomes e verbos. Deste modo, são considerados *transitivos* os itens de significação incompleta que requerem o acréscimo de um constituinte que lhes complete o sentido e contribua para a gramaticalidade da sentença. Neste capítulo, apresentamos como alguns gramáticos concebem o fenômeno da transitividade verbal. O que se constatou é que, apesar de esses estudiosos compartilharem certos pressupostos, como a ideia de que são prototipicamente transitivos os verbos que selecionam objeto direto, eles divergem entre si no que diz respeito a tantos outros aspectos, como a classificação dos constituintes destacados abaixo, os quais, a depender do autor, recebem, por exemplo, o rótulo de complemento circunstancial (ROCHA LIMA, 1976), complemento adverbial (KURY, 2000) ou adjunto adverbial de lugar (CEGALLA, 2010).

(1) Edenize mora *em Jardim da Penha*.

(2) Girândia vai *para o Nordeste* na próxima semana.

E essa não é apenas uma diferença terminológica. Trata-se, na verdade, de uma importante discussão que aponta para a necessidade de se problematizar a já conhecida distinção entre termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da Gramática Tradicional.

Para elaborar este capítulo, consultamos os seguintes gramáticos da língua portuguesa, ordenados pela data de edição da obra consultada: Said Ali (1966), Kury (2000), Cunha & Cintra (2008), Almeida (2009), Bechara (2009) e Cegalla (2010). A escolha dos autores se deu em virtude de sua contribuição para os estudos gramaticais desenvolvidos no Brasil.

Contudo, antes de discorrermos acerca do que dizem esses gramáticos, demonstramos brevemente como os dicionaristas definem o fenômeno da transitividade, a fim de verificar em que medida as acepções por eles apresentadas se relacionam com o que encontramos nas gramáticas normativas. Para isso, elegemos os seguintes dicionários gerais de língua portuguesa: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (Editora Objetiva, 2001), Minidicionário Escolar Aurélio da Língua Portuguesa (Editora Nova Fronteira, 2000),

Dicionário Michaelis¹ e Dicionário Priberam da Língua Portuguesa². As acepções que nos interessam mais de perto foram organizadas no quadro abaixo.

Quadro 1 – A transitividade em 4 dicionários de Língua Portuguesa

Dicionário consultado	Acepção
Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa	<p>TRANSITIVIDADE</p> <p>(...)</p> <p>2. Gram propriedade de alguns verbos necessitarem de um ou mais complementos no seu sintagma verbal, para formar uma frase com sentido completo.</p> <p>TRANSITIVO</p> <p>(...)</p> <p>3. Gram que, por sua significação, ou a de alguma de suas acepções, requer a presença de um ou mais complementos no seu sintagma verbal (diz-se de verbo); t. direto GRAM que necessita de objeto direto para formar uma frase com sentido completo (diz-se de verbo); t. indireto GRAM que necessita de objeto indireto para formar uma frase de sentido completo (diz-se do verbo).</p>
Minidicionário Escolar Aurélio da Língua Portuguesa	<p>TRANSITIVIDADE (A palavra não foi encontrada.)</p> <p>TRANSITIVO 1. Gram Diz-se de verbo que exprime a ação que passa ou transita do sujeito a um objeto direto ou indireto.</p>
Dicionário Michaelis (versão online)	<p>TRANSITIVIDADE 1. Qualidade de transitivo. 2. Possibilidade de dar-se aos verbos transitivos a forma passiva.</p> <p>TRANSITIVO 2. Gram Diz-se dos verbos cuja ação passa do sujeito e recai, direta ou indiretamente, no objeto. 3. Gram desus Diz-se também de certos substantivos, adjetivos e advérbios que pedem um complemento. (...) T. direto, Gram: diz-se do verbo de predicação incompleta cuja ação passa diretamente para a pessoa ou coisa sobre que recai. T. indireto, Gram: diz-se do verbo de predicação incompleta cuja ação passa indiretamente para a pessoa ou coisa sobre que recai. T.-predicativo: V transobjetivo. T.-relativo, Gram: diz-se do verbo de predicação incompleta que exige dois objetos, um direto e outro indireto. A NGB aboliu essa designação. Sendo transitivo, não importa que tenha o verbo dois objetos, um direto, outro indireto. Nesse caso considera-o simplesmente transitivo.</p>
Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (versão online)	<p>TRANSITIVIDADE (A palavra não foi encontrada.)</p> <p>TRANSITIVO 1. Cujas ação se transmite diretamente do sujeito a um objeto distinto dele. 2. Que passa. = PASSAGEIRO; TRANSITÓRIO.</p>

¹ Versão online, disponível no site: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso: 26/10/2015.

² Versão online, disponível no site: <<https://www.priberam.pt/DLPO/>>. Acesso: 26/10/2015.

Dos dicionários consultados, apenas o Dicionário Michaelis (versão *online*) menciona a existência de nomes transitivos. Entretanto, essa lição pode ser encontrada, ainda que implicitamente, em qualquer gramática do português, na seção destinada aos *complementos nominais*. De qualquer maneira, fica clara a tendência de se associar a ideia de transitividade à classe dos verbos, talvez pelo fato de originalmente tal conceito remeter à possibilidade que algumas palavras dessa classe têm de transitar da voz ativa para a voz passiva (CÂMARA JR., 1986, p. 234). Além disso, no caso dos nomes transitivos, assume-se que o complemento nominal é exigido em função da força predicativa da raiz verbal do substantivo, adjetivo ou advérbio em questão (cf. CARVALHO, 2011, p. 344).

O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa assume que os complementos selecionados pelos verbos transitivos são argumentos internos desses verbos, o que sugere uma relação bastante íntima, tanto do ponto de vista sintático quanto semântico, entre o verbo e seus objetos.

O Minidicionário Escolar Aurélio da Língua Portuguesa associa a transitividade a uma transferência de ação, que envolve um sujeito (Agente) e um ou mais objetos (Pacientes). Entretanto, a definição apresentada pelo referido dicionário parece sugerir uma correspondência biunívoca entre a transitividade e os verbos de ação e os de ação-processo, o que, a rigor, não encontra respaldo na maioria das gramáticas contemporâneas do português³.

Por fim, o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (versão *online*) também associa a transitividade à ideia de transferência de ação, mas, diferentemente dos outros dicionários, evidencia a impossibilidade de um verbo transitivo ter, como objeto, um pronome reflexivo, por exemplo.

Comentado o modo como diferentes dicionários gerais de língua portuguesa abordam a questão da transitividade, a seguir, apresentamos o que os gramáticos têm a nos dizer sobre esse assunto.

Said Ali (1966, p. 94) define a transitividade a partir de um viés mais sintático. Para ele, “TRANSITIVO é o verbo cujo sentido se completa com um substantivo em lugar do qual se podem usar as formas pronominais O, A, OS, AS”. Esse substantivo (ou equivalente), de acordo com o autor, denomina-se *objeto direto*, *acusativo* ou *complemento objetivo*, sendo a primeira opção a preferida pela Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB (1958). O gramático afirma ainda que, em alguns casos, o verbo transitivo pode exigir, além do objeto direto, “um termo secundário denotador do indivíduo a quem a ação se destina, ou a quem ela

³ Em *Priscila gosta de Fonética*, o verbo é classificado por muitos gramáticos como transitivo indireto, embora seja, de acordo com Ignácio (2002), um verbo de estado, e não de ação ou ação-processo.

aproveita e desaproveita” (op. cit.). Esse constituinte secundário, que se expressa “por um nome precedido de *a* ou, para evitar repetição, pelo pronome *lhe, lhes*” (pp. 94-95), chama-se *objeto indireto* ou *complemento terminativo*. Entretanto, o autor ensina que, por extensão, “O nome de *objeto indireto* aplica-se [...] também às expressões preposicionadas que completam o sentido de verbos intransitivos.” (p. 95), entendendo-se por *verbos intransitivos* os “que não necessitam de outro termo, como *viver, morrer, andar*, e bem assim aqueles cujo sentido se completa com substantivo regido sempre de preposição” (p. 94).

A proposta de Said Ali (1966) não é acolhida, em sua totalidade, pela NGB, que, diferentemente dele, admite a existência de verbos transitivos indiretos. Observe que, de acordo com o gramático, os verbos intransitivos não são todos necessariamente de predicação completa: alguns representantes dessa subclasse podem ter sentido incompleto, desde que o seu único complemento obrigatório seja encabeçado por preposição⁴. Portanto, a distinção entre os verbos transitivos e os intransitivos que exigem complemento deve, conforme o espírito da proposta de Said Ali (1966), ser feita com base no tipo de sintagma que os completa.

Por outro lado, Kury (2000), ao tratar da transitividade, defende, a partir de um critério predominantemente semântico, a existência de (i) *verbos intransitivos*, “que podem conter em si toda a significação do predicado sem acréscimo de complemento” (p. 28); (ii) *verbos transitivos*, os quais “requerem o acréscimo de um complemento que integre o sentido do predicado” (p. 29); e (iii) *verbos de ligação*, “que, sem possuírem geralmente significação precisa, ligam um sujeito a um predicativo [...], exprimindo ao mesmo tempo (a) o estado ou condição do sujeito, ou (b) o tipo de relação (aspecto) que há entre sujeito e predicativo.” (p. 40). Diferentemente de Said Ali (1966), a abordagem de Kury (2000) não prevê a existência de verbos intransitivos com sentido incompleto. Contudo, este último autor admite a possibilidade de, em determinadas situações, empregar-se como transitivo direto um verbo que usualmente é intransitivo, e apresenta o seguinte exemplo para corroborar seu posicionamento: “Deus *choverá* BÊNÇÃOS sobre este casal.” (p. 29).

Um ponto que merece destaque na abordagem de Kury (2000) diz respeito aos *verbos transitivos adverbiais*, que indicam movimento ou situação e, por terem sentido incompleto, pedem um *complemento adverbial de lugar*. O autor elenca os seguintes representantes dessa subclasse, não contemplada pela NGB: *chegar, ir, partir, seguir, vir, voltar; estar, ficar, morar*, etc. (p. 32). Assim, na frase *Micheline mora em Vitória*, o termo em destaque, rotulado

⁴ Em *A vitória depende de esforço*, o verbo é intransitivo, de acordo com Said Ali (1966).

pela NGB como adjunto adverbial de lugar, é, de acordo com Kury (2000), um complemento adverbial de lugar. Consideramos tal proposta muito interessante, sobretudo para o ensino de gramática, porque, além de ser coerente com o conceito de transitividade adotado pelo autor, nos permite agrupar, na subclasse dos intransitivos, apenas os verbos que dispensam qualquer complemento obrigatório, o que facilitaria muito a vida do estudante.

Cunha e Cintra (2008) afirmam que os verbos transitivos e os intransitivos “trazem uma nova ideia ao sujeito” (p. 149). Para os autores, no caso dos intransitivos, “a ação não vai além do verbo” (op. cit.); já nas orações em que há verbos transitivos, o processo verbal vai além do núcleo predicador, transmitindo-se a outros elementos (p. 150). Nessa perspectiva, os verbos transitivos podem ser *diretos*, *indiretos* ou *diretos e indiretos* respectivamente, e a diferença entre eles se dá em função do número e do tipo de complemento exigido.

Almeida (2009) admite a existência de apenas dois tipos de verbos transitivos, os diretos e os indiretos. O autor adota a classificação proposta pela NGB e, ao discorrer acerca dos verbos transitivos, afirma tão somente que eles “exigem” complemento verbal para que tenham sentido completo (p. 424). No capítulo em que trata dos termos integrantes da oração, o estudioso dedica boa parte das páginas a notas que evidenciam as diferenças entre objeto indireto e complemento nominal, e apresenta uma série de regras que visam a evitar possíveis “erros” de regência.

Bechara (2009) afirma que os verbos transitivos selecionam, como complemento, um termo com o qual mantêm um forte vínculo sintático-semântico. Esse vínculo é muito mais forte do que aquele que se observa entre um verbo intransitivo e um adjunto adverbial, por exemplo. Para o autor, os verbos transitivos possuem conteúdo léxico de grande extensão semântica, de modo que, “se desejamos expressar determinada realidade, temos de delimitar essa extensão semântica mediante o auxílio de outros signos léxicos adequados à realidade concreta.” (p. 414). Já os verbos intransitivos “apresentam significado lexical referente a realidades bem concretas” e, portanto, “não necessitam de outros signos léxicos” (p. 415). Bechara (2009) admite a possibilidade de um mesmo verbo ser usado transitiva ou intransitivamente, desde que sua extensão significativa aponte para um termo geral “que englobe a natureza de todos os signos léxicos que naturalmente apareceriam à direita do verbo” (op. cit.). O autor destaca também que o emprego intransitivo de certos verbos normalmente transitivos pode fazer emergir um novo (e especial) matiz semântico (cf. Ele não vê / ‘não enxerga’, ‘é cego’) (op. cit.). Diferentemente dos outros gramáticos consultados, Bechara (2009) evidencia que “a oposição entre transitivos e intransitivos não é absoluta, e mais pertence ao léxico do que à gramática” (op. cit.).

Ao tratar da natureza dos complementos verbais, Bechara (2009) apresenta algumas estratégias pelas quais se pode identificar o objeto direto – por exemplo, a comutação pelos pronomes pessoais *o, a, os, as*; a mudança de voz (da ativa para a passiva); a substituição pelos pronomes interrogativos *quem* ou *que*, dependendo do caso; e o deslocamento à margem esquerda da sentença. Ele ressalta, contudo, que “Nenhuma dessas estratégias por si só é operação infalível na identificação do complemento direto” (p. 417). Outro ponto importante na proposta de Bechara é a distinção entre *complemento relativo*, *objeto indireto* e *dativo livre*. O estudioso, seguidor declarado de M. Said Ali, compra a ideia de que o objeto indireto, normalmente encabeçado pela preposição *a*, na maioria das vezes, codifica o ente que se beneficia da ação denotada pelo predicado (cf. *Os alunos entregaram um presente à professora Reni no dia do aniversário dela*), e não deve ser confundido com o complemento relativo, destacado em *Allan gosta de chocolate*, ou com o dativo livre, destacado em *Ele só trabalha para os seus*.

Por fim, vejamos a proposição de Cegalla (2010), o qual assume que, diferentemente dos transitivos, os verbos intransitivos têm sentido completo e, por isso, não necessitam de complemento. Tais verbos, de acordo com o autor, (i) não podem transitar para a voz passiva; (ii) podem vir acompanhados de adjunto adverbial e de predicativo; e (iii) ocasionalmente figuram com objeto direto ou objeto indireto. Na página 336 de sua *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, encontramos uma lista de verbos “essencialmente intransitivos”, que supostamente rejeitam complemento. Eis alguns dos membros dessa lista: *anoitecer, crescer, brilhar, ir, agir, sair, nascer, latir, rir* etc. Consideramos, contudo, que classificar os verbos aprioristicamente não é melhor caminho, porque o uso pode levar os falantes a empregarem criativamente os itens que a língua coloca à sua disposição para se comunicar. Os verbos transitivos são definidos de maneira semelhante àquela como Cunha e Cintra (2008) o fazem. Cegalla (2010) apresenta, ainda, listas com exemplos de verbos transitivos diretos, indiretos etc., sem, contudo, se preocupar em contextualizá-los.

2.1 PARA FINALIZAR (ESTE CAPÍTULO)...

As informações apresentadas neste capítulo evidenciam a complexidade de se abordar a transitividade, mesmo no âmbito da Gramática Tradicional. Embora as definições dos dicionários não resolvam o problema por completo, elas apresentam generalizações

importantes que, até certo ponto, quando testadas empiricamente, revelam-se adequadas pelo menos para o ensino, e são abonadas pela maioria dos gramáticos. Um exemplo disso é a ideia de que, nos predicados com verbos transitivos, a ação vai além do verbo. Quanto aos gramáticos, eles divergem entre si porque, na verdade, elegem diferentes pontos de vista acerca do fenômeno, a partir dos quais firmam o seu posicionamento. Assim, se, por um lado, Said Ali (1966) concebe a transitividade como um fenômeno primariamente sintático e propõe que a distinção entre as diferentes subclasses de verbos seja feita com base no tipo de complemento que eles exigem, Kury (2000) opta por uma abordagem que atribua um papel mais decisivo ao componente semântico, excluindo do rol dos intransitivos qualquer verbo cujo sentido se complete em função do acréscimo de um complemento obrigatório.

Diante de tantas divergências, muitos estudiosos se propuseram a analisar essa problemática de uma perspectiva científica, partindo de diferentes modelos teóricos. A ideia por trás disso é que estudar o fenômeno de outros prismas pode viabilizar a descoberta de mecanismos que nos permitam alcançar um poder explicativo maior. A transitividade assume papel de destaque em praticamente todas as teorias linguísticas, em função de sua importância para a Gramática das mais diferentes línguas. Sendo assim, convém apresentar o posicionamento dos linguistas frente a essa questão, o que é feito no próximo capítulo.

3. AGORA É A VEZ DOS LINGUISTAS...⁵

No capítulo anterior, demonstramos como a transitividade normalmente é apresentada nas gramáticas normativas e em dicionários gerais de língua portuguesa. Nas próximas páginas, damos a palavra aos linguistas, que, a partir de diferentes pressupostos teóricos, procuram, cada qual à sua maneira, explicar o fenômeno de uma perspectiva científica, a fim de evitar supostos equívocos geralmente atribuídos à tradição gramatical.

Na primeira parte do capítulo, citamos algumas críticas que os linguistas costumam fazer à abordagem dos gramáticos, o que também ocorrerá em outras partes do texto. Em seguida, apresentamos o problema da complementação de um viés formalista, mais especificamente a partir de alguns aspectos da Teoria Gerativa. Posteriormente a isso, resenhamos a proposta de Perini (2009). As discussões sobre a transitividade empreendidas por pesquisadores de orientação funcionalista serão discutidas no próximo capítulo, em que abordaremos o referencial teórico adotado na pesquisa.

3.1 A COMPLEMENTAÇÃO NAS GRAMÁTICAS TRADICIONAIS: UMA VISÃO CRÍTICA

Os gramáticos tradicionais atacam o problema da transitividade partindo de uma franca distinção, bastante controversa, entre *sujeito*⁶ e *complementos*. Como vimos no capítulo anterior, são tradicionalmente considerados transitivos os verbos nocionais que formam o predicado em parceria com um sintagma obrigatório que lhes complete o sentido. Ao postularem que o sujeito é termo essencial e que os complementos verbais são termos integrantes da oração, os gramáticos atribuem ao sujeito uma proeminência de que estes

⁵ Agradeço à Profa. Dra. Catarina Vaz Rodrigues pela leitura deste capítulo e pelas sugestões, sempre muito bem vindas. Evidentemente, os equívocos que, por ventura, tenham permanecido são de minha inteira responsabilidade.

⁶ O sujeito, na perspectiva de alguns gramáticos, é concebido como o sintagma nominal que estabelece uma relação de concordância com o verbo. Para a Gramática Gerativa, nas construções transitivas e inergativas, por exemplo, ele é gerado como argumento externo, na posição de especificador do verbo. Mas também há verbos que selecionam apenas argumento interno, o qual se move à posição de especificador e, só então, recebe caso nominativo. Tais verbos são chamados de inacusativos. Voltaremos a esse assunto quando discutirmos o problema da complementação na referida teoria. Por ora, importa-nos apenas alertar o leitor acerca da inconveniência de se associar, indiscriminadamente, a ideia de sujeito à de argumento externo. De qualquer maneira, quando nos referirmos às ocorrências em que houver, pelo menos, 1 argumento interno e sujeito (como naquelas às quais subjazem as construções transitivas e com verbo-suporte), o sujeito será sempre argumento externo.

últimos constituintes supostamente não gozam. Uma abordagem mais discursiva, de certo modo, respalda esse posicionamento, porque, nas orações constituídas de sujeito e predicado (simples ou complexo), o sujeito, de fato, normalmente é o ser “de quem se diz alguma coisa”. Contudo, do ponto de vista semântico, sujeito e complementos são selecionados diretamente pelo verbo, de modo que o mais adequado parece ser incluí-los em uma mesma “meta-classe”, a dos *argumentos*. Isso, contudo, não quer dizer que eles disponham das mesmas propriedades e se relacionem da mesma forma com o item que os seleciona. Na verdade, nada seria mais enganoso! A relação do verbo com seus complementos é muito mais estreita do que a que ele contrai com o argumento externo, e também com os adjuntos. No próximo subitem, voltaremos a essa discussão.

Já é terreno comum nos estudos linguísticos a ideia de que o verbo predicador seleciona seus argumentos e lhes atribui caso gramatical e papel temático. O que se quer dizer com essa afirmação é que o significado lexical de um verbo predicador projeta determinados espaços que, quando preenchidos adequadamente, nos conduzem a sentenças completas (ILARI; BASSO, 2008). É, em geral, o verbo que determina as funções sintáticas e semânticas que cada um dos participantes por ele previstos deve desempenhar. Assim, *comer*, em sua acepção mais prototípica (“mastigar e engolir”), seleciona um NP-sujeito⁷ (caso nominativo), com a função semântica de Agente, e um NP-objeto (caso acusativo), com a função semântica de Paciente (cf. *Jares comeu a maçã*). Essa postulação é muito importante na medida em que evidencia que uma sentença, em qualquer língua natural, é na verdade um conjunto de elementos que se organizam a partir de determinadas relações hierárquicas que eles estabelecem entre si.

Vale destacar que as restrições semânticas que o verbo impõe aos seus argumentos parecem ser universais, enquanto as restrições sintáticas podem variar dependendo das línguas em jogo. É o que acontece, por exemplo, com o verbo *gostar*: no português, seu argumento interno é um sintagma preposicionado (PP); no inglês, um sintagma nominal (NP). As relações semânticas, contudo, são as mesmas, pois, em ambas as línguas, o verbo seleciona, respectivamente, Causador de Experiência e Experienciador (cf. *O Diego gosta da Bárbara* versus *Diego likes Bárbara*).

A meta-classe dos argumentos, a que nos referimos acima, não comporta apenas o sujeito e os objetos verbais; ela inclui também alguns dos adjuntos adverbiais da Gramática Tradicional, selecionados pelos verbos que Kury (2000) classificou como transitivos

⁷ NP = *Nominal phrase* (“sintagma nominal”).

adverbiais (veja o cap. 2), e os demais oblíquos. Deste modo, na sentença *Luíza foi para a Serra do Caparaó*, tanto o sintagma nominal quanto o sintagma preposicionado são argumentos do verbo.

A partir de agora, as discussões sobre a transitividade partirão dos princípios apresentados nos parágrafos anteriores, por considerarmos que eles são mais adequados para descrever o modo como os constituintes da sentença se inter-relacionam. Convém destacar que, além do verbo, palavras de outras classes, como adjetivos e até nomes, podem desempenhar função predicadora. Entretanto, não entraremos em maiores detalhes porque seria inviável iniciar essa discussão aqui.

A seguir, vejamos como a Teoria Gerativa lida com o problema da complementação, isto é, com o modo como o verbo se relaciona com seus complementos e, por tabela, como ele se relaciona com o argumento externo e com os adjuntos. Decidimos tratar dessa teoria porque, apesar de não assumirmos neste trabalho os seus postulados, reconhecemos a sua importância para os estudos linguísticos, bem como seu alto poder explicativo.

3.2 A COMPLEMENTAÇÃO NA GRAMÁTICA GERATIVA

No subitem anterior, defendemos que os diferentes tipos de argumentos que integram uma sentença se comportam de maneiras distintas, tanto do ponto de vista sintático quanto do ponto de vista semântico, em relação aos itens que os subcategorizam. Nos próximos parágrafos, apresentamos evidências que, dentro de uma abordagem gerativista, sustentam essas afirmações.

Consideremos as frases a seguir:

- (1)
- a. A Maria *levou* um susto.
 - b. O gato *levou* um susto.

Em (1), temos duas realizações distintas de um mesmo esquema, que, no caso, tem o núcleo sintático preenchido pelo verbo-suporte *levar*. A principal diferença entre (1a) e (1b) é o fato de o referente do sujeito de (1a) possuir o traço [+ Humano], que falta a (1b). Contudo, ainda assim, o papel temático atribuído a esses elementos é o mesmo: nos dois casos, trata-se

de entes que sofreram a ação denotada pelo predicado. Mas essa função semântica só pode ter sido atribuída pelo complexo [V + NP₂], porque o verbo *levar*, nessa ambiência, não é capaz de, sozinho, subcategorizar por completo os seus argumentos; antes, é necessário que ele se prenda ao seu complemento⁸. As sentenças em (2), abaixo, confirmam essa hipótese, porque, apesar de, em todas elas, o sujeito ser o mesmo, sua função semântica muda conforme trocamos os argumentos internos do verbo:

(2)

- a. Maria *levou* um soco de Pedro. (Sujeito Paciente)
- b. Maria *levou* as compras para casa. (Sujeito Agente)
- c. Maria *levou* vantagem nas compras de fim de ano. (Sujeito Beneficiário)

As informações apresentadas acima apontam para diferenças semânticas no relacionamento do verbo com seus diferentes tipos de argumento, e essas diferenças semânticas espelham assimetrias sintáticas. Na representação arbórea de uma sentença em que há verbo, argumento externo e pelo menos um argumento interno, tanto o núcleo verbal quanto o(s) argumento(s) interno(s) são dominados diretamente por V', que é a projeção intermediária do Sintagma Verbal Pleno (VP). Isso significa que, a princípio, o verbo e seus complementos se unem para formar a projeção V' e que, só depois, esse novo nó (V') se une ao argumento externo (NP₁). Preenchidos todos os espaços previstos pelo verbo, cria-se, a partir da união de V' com NP₁, a categoria VP, e isso indica que todas as exigências do núcleo predador foram satisfeitas, ou seja, que os lugares vazios previstos pelo verbo foram completamente saturados.

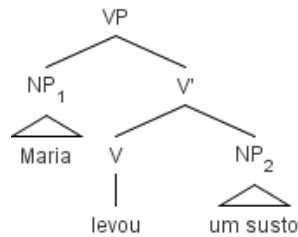
Representamos abaixo, por meio de diagrama arbóreo, a sentença *Maria levou um susto*, para tornar mais claras essas informações⁹.

⁸ O verbo-suporte transfere ao seu argumento interno o papel de núcleo semântico do predicado. A agramaticalidade de uma sentença como **A pedra levou um susto* não se instaura (apenas) por causa do verbo, mas sim em função da incompatibilidade de um elemento não animado com a ideia de se “levar um susto”.

⁹ Temos consciência de que uma configuração arbórea desse tipo não é capaz de representar adequadamente o paralelismo semântico que existe entre, por exemplo, sentenças com verbos -suporte e suas correspondentes com verbos transitivos (cf. *João deu um beijo em Maria* vs. *João beijou Maria*). Em Cyrino, Nunes e Pagotto (2015), temos acesso a esquemas de representação bem mais completos do que os apresentados neste capítulo. Contudo, nosso propósito com as representações arbóreas é tão-somente captar o modo como o verbo se relaciona com seus diferentes tipos de argumentos, sem, para isso, precisarmos lançar mão de esquemas mais complexos que evidenciem a existência de elementos ainda mais abstratos, como os “verbos leves abstratos”, por hipótese presentes em sentenças transitivas do tipo *A Maria beijou o João*.

(3)

a. Maria levou um susto.



Diferentemente do que se poderia pensar a partir dos exemplos acima, essa assimetria sintática não se limita a ocorrências com verbo-suporte¹⁰. É possível observá-la em outros contextos, como em sentenças organizadas com o verbo *quebrar*, em que, novamente, apenas o complexo [V + NP₂] é que nos permite saber exatamente qual é o papel temático do sujeito:

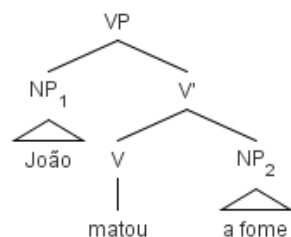
(4)

a. João *quebrou o copo*. (Papel temático do Sujeito: Agente)b. João *quebrou a cara*. (Papel temático do Sujeito: Paciente)

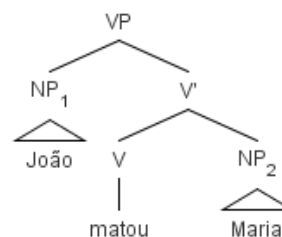
Contudo, aparentemente há verbos transitivos que, mesmo sozinhos, são capazes de determinar os traços sintático-semânticos básicos de seus argumentos. O predicador *matar*, por exemplo, ao que parece, sempre seleciona sujeito Agente e complemento afetado (Paciente). Mas, mesmo assim, só conseguimos acessar o sentido da sentença quando esse verbo se encontra associado ao seu argumento interno, afinal, *João matou a fome* definitivamente não tem o mesmo valor de *João matou Maria*. De qualquer maneira, o esquema arbóreo é basicamente o mesmo:

(5)

a. João matou a fome.



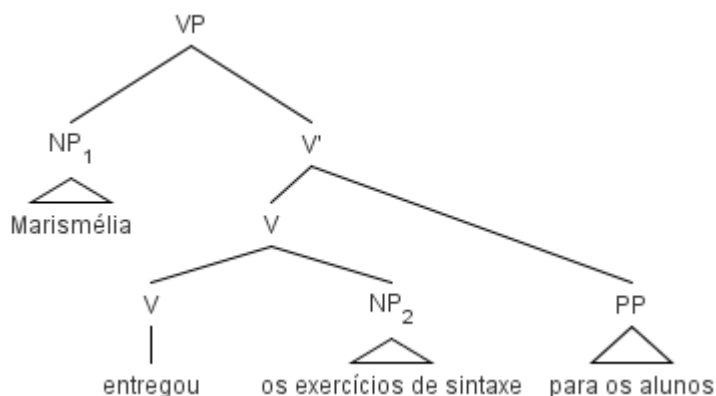
b. João matou Maria.



¹⁰ Assume-se normalmente que o verbo-suporte (ou “verbo leve”) se constitui a partir do esvaziamento semântico do lexema que o originou (SCHER, 2003). Contudo, conforme Duarte (2003), “esse processo de esvaziamento lexical dos verbos leves não é total, sendo preservada a grelha argumental que o verbo tem como verbo pleno” (p. 312). Isso respalda a representação arbórea que fizemos em (3a), na qual não representamos, como um constituinte único desde o léxico, o bloco [V-suporte + NP₂].

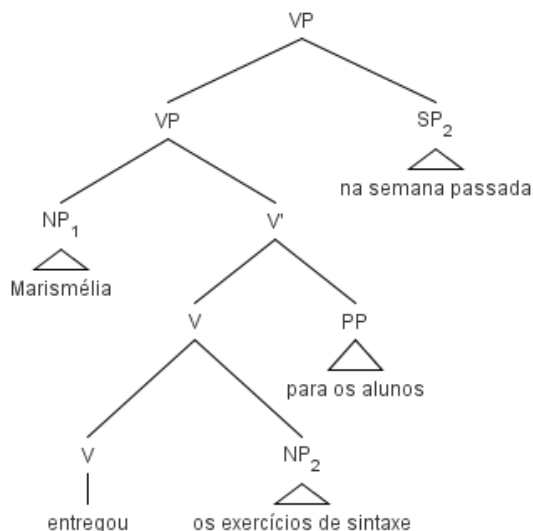
Até nas sentenças organizadas por verbos bitransitivos, a assimetria observada em (5) se mantém. A diferença é que, antes de formar V' e associar-se ao argumento externo, o complexo [V + NP₂] é conectado ao segundo argumento interno, sempre constituído de sintagma preposicionado (PP) no português. É o que podemos observar em (6), a seguir.

(6) Marismélia entregou os exercícios de sintaxe para os alunos.



Caso queiramos acrescentar a essa sentença um adjunto, ele deverá ser vinculado à projeção máxima VP. Com isso, queremos dizer que a inserção de um adjunto na sentença não interfere no modo como o verbo se relaciona com seus argumentos, porque esse tipo de relacionamento não varia em função do contexto, mas é determinado desde o componente lexical, que é onde os itens do léxico recebem seus traços semânticos e formais básicos. Observe:

(7) Marismélia entregou os exercícios de sintaxe para os alunos na semana passada.



A partir da representação em (7), podemos constatar que o relacionamento do verbo com os adjuntos é relativamente frouxo. E talvez esse seja o motivo pelo qual os adjuntos têm tanta mobilidade na sentença. Em contrapartida, verbo e complementos tendem a ficar mais integrados, na ordem não marcada, talvez em função de sua proximidade conceptual, que também é captada pelo referido esquema.

3.2.1 Classificação dos verbos quanto ao número de argumentos que selecionam e ao tipo de relação que estabelecem com os seus argumentos

Em Teoria Gerativa, postula-se que os verbos predicadores podem selecionar de 1 a 3 argumentos, apenas. Os verbos que não selecionam argumentos são avalentes. Alguns autores, dentre os quais Borba (1996), defendem que há verbos tetravalentes, ou seja, verbos que selecionam quatro argumentos¹¹. Contudo, na verdade, a existência de tal subclasse é altamente discutível, caso se parta da ideia de que a grade argumental do verbo é constituída apenas dos elementos necessários para a formação de sentenças gramaticais¹². Observe:

- (1)
- a. **Choveu.**
 - b. O meu sobrinho **nasceu.**
 - c. O caçador **matou** o lobo mau.
 - d. Isabel **deu** todos os seus livros para Maria.

Os exemplos em (1) ilustram, respectivamente, construções com verbos avalentes (V_0), monovalentes (V_1), bivalentes (V_2) e trivalentes (V_3). Além do verbo, estão presentes apenas os elementos que asseguram a gramaticalidade da sentença. É claro que poderíamos, em cada ocorrência, acrescentar uma série de informações adicionais, como o dia em que os eventos aconteceram, mas essas informações só seriam relevantes do ponto de vista pragmático-discursivo e, por isso, os constituintes que as codificassem seriam chamados de adjuntos.

¹¹ Para Borba (1996), o verbo *transferir* em *Allan transferiu sua conta do Banestes para o Banco do Brasil* é tetravalente.

¹² Em Cançado (2009), há uma discussão bastante produtiva acerca do modo como diferentes autores se posicionam relativamente à problemática que envolve a distinção entre argumentos e adjuntos.

É muito comum associar-se os verbos avalentes aos chamados verbos impessoais; os monovalentes aos intransitivos; os bivalentes aos transitivos diretos ou transitivos indiretos; e os trivalentes aos bitransitivos. Contudo, embora em muitas situações essa correspondência, de fato, seja verdadeira – como nos exemplos em (4) –, é preciso cuidado para não generalizar. Senão, vejamos:

(2)

- a. Maria já **queimou** todo o lixo do quintal.
- b. Allan, Bárbara e Priscila **vão** para o Rio de Janeiro no final do mês.

Tanto em (2a) quanto em (2b), os verbos são bivalentes. Se a correspondência a que nos referimos acima fosse sempre verdadeira, *queimar* e *ir* seriam tradicionalmente classificados, quanto à predicação, da mesma forma. Mas não é isso o que acontece. Nos termos da Gramática Tradicional, temos, em (2a), um verbo transitivo direto e, em (2b), um verbo intransitivo.

Outro equívoco bastante frequente é colocar, no grupo dos intransitivos, todos os verbos monoargumentais, como se o relacionamento que eles contraem com seus argumentos fosse sempre do mesmo tipo. Acontece que há uma série de evidências que apontam para outra direção. Vejamos.

(3)

- a. A minha sobrinha **gritou** muito esta madrugada.
- b. As crianças **dormem** tranquilamente, mesmo durante a chuva.
- c. Quando saem para caminhar, Sônia e sua irmã **andam** muito rápido.

(4)

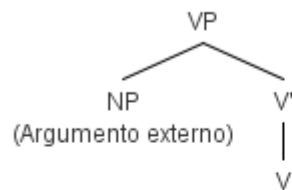
- a. Logo depois que chegou ao hospital, o paciente **desmaiou**.
- b. A porta **quebrou** e, por isso, fez um barulho danado esta madrugada.
- c. No dia 11 de dezembro de 1960, **nasceu** o senhor Joaquim.

Em ambos os grupos, os verbos destacados selecionam apenas um argumento (sublinhado), que, em todas essas ocorrências, tem a relação gramatical de sujeito. Em termos lógicos, os verbos monoargumentais podem ser divididos em duas subclasses: a primeira diz respeito àqueles verbos que selecionam, como único argumento, um constituinte que nasce na

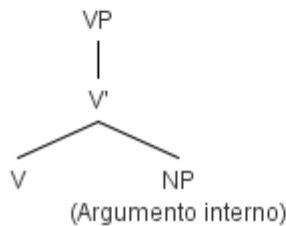
posição de especificador, ou seja, como argumento externo; já a segunda subclasse é constituída de verbos que têm um único argumento, que nasce na posição de complemento, sendo diretamente dominado por V'. As representações abaixo nos permitem captar melhor essas informações.

(5)

a. Esquema dos verbos monoargumentais que selecionam apenas argumento externo



b. Esquema dos verbos monoargumentais que selecionam apenas argumento interno



Mas, afinal, quais são as evidências que corroboram a hipótese de que os verbos monoargumentais integram duas subclasses, se as sentenças que constam em (3) e (4) são aparentemente realizações distintas de um mesmo “esquema construcional intransitivo”? Começemos pelo critério semântico. Todas as sentenças em (3) são formadas por sujeito Agente, mas não é isso o que acontece em (4), onde os sujeitos destacados desempenham outros papéis temáticos. Lembremo-nos que a função de Agente é tipicamente associada ao argumento externo... Mas as diferenças não acabam por aqui. Na verdade, é no plano sintático que elas ficam mais evidentes. Observemos.

Os seguintes exemplos comprovam que construções de participio absoluto (orações subordinadas adverbiais temporais reduzidas de participio) podem ser feitas naturalmente com o argumento interno de verbos transitivos, mas a situação é outra quando tentamos produzi-las a partir do argumento externo:

(6)

- a. Clotilde comprou dois pães para o café da manhã.
- b. Comprados dois pães para o café da manhã, Clotilde voltou para casa.
- c. #Comprada Clotilde...¹³

Deste modo, as construções de participio absoluto parecem ser um bom recurso para verificarmos se, de fato, a hipótese mencionada está correta. Vamos ao teste.

(7)

- a) A minha sobrinha gritou...
- b) #Gritada a minha sobrinha...
- c) As crianças dormem tranquilamente...
- d) #Dormidas as crianças tranquilamente...
- e) Sônia e sua irmã andam muito rápido...
- f) #Andadas muito rápido Sônia e sua irmã...

(8)

- a. O paciente desmaiou...
- b. Desmaiado o paciente, a equipe médica tomou providências o mais rápido possível.
- c. A porta quebrou...
- d. Quebrada a porta, todas as crianças se puseram a chorar.
- e. Nasceu o senhor Joaquim...
- f. Nascido o senhor Joaquim, sua mãe foi levada para o hospital imediatamente.

Os resultados de nosso teste para o português apontam para um caminho aparentemente bastante promissor. As construções com participio absoluto só funcionaram nas sentenças em (8). Isso é um bom argumento em defesa de uma abordagem que considere que os verbos desse grupo selecionam apenas argumento interno, porque, conforme

¹³ O símbolo # está sendo usado por nós para indicar que a sentença em questão é agramatical ou que ela é gramatical, mas condiciona a uma interpretação não condizente com o significado da sentença que lhe serviu de base.

demonstramos em (6), construções de participio absoluto não funcionam bem com argumentos externos.

Outro teste é o das passivas estativas. Conforme Duarte (2003, p. 301), apenas os verbos que selecionam argumento interno podem, com a sua forma participial, ocorrer em posição predicativa. Vejamos.

(9)

- a. A minha sobrinha gritou...
- b. *A minha sobrinha está gritada.

- c. As crianças dormem tranquilamente...
- d. *As crianças estão dormidas tranquilamente.

- e. Sônia e sua irmã andam muito rápido...
- f. *Sônia e sua irmã estão andadas muito rápido.

Por outro lado,

(10)

- a. O paciente desmaiou...
- b. O paciente está desmaiado.

- c. A porta quebrou...
- d. A porta está quebrada.

- e. Nasceu o senhor Joaquim...
- f. ?O senhor Joaquim está nascido.¹⁴

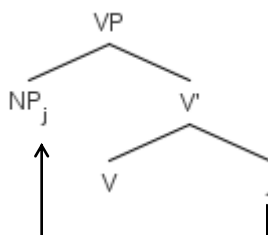
Este último teste reforça a hipótese de que os verbos em (10) selecionam apenas argumento interno, ao passo que os verbos em (9) têm, como único argumento, um sintagma que nasceu na posição de especificador. Os verbos em (9) são chamados de *inergativos*; os verbos em (10), de *inacusativos*.

O rótulo *inacusativo* remete à impossibilidade que os verbos dessa classe têm de atribuir caso acusativo ao seu argumento interno, o qual, então, se move para a posição de

¹⁴ O símbolo “?” antes de uma sentença indica que a aceitabilidade dessa sentença é duvidosa.

especificador e lá recebe caso nominativo – daí a possibilidade desse tipo de argumento de estabelecer a concordância com o verbo. O deslocamento a que os argumentos dos verbos inacusativos estão sujeitos pode ser assim esquematizado:

(11)



O esquema em (11) demonstra, de forma bastante didática e elegante, o movimento que o argumento interno de um verbo inacusativo faz em direção à posição de especificador do núcleo verbal. Para os gerativistas, o movimento de constituintes é uma operação natural, operacionalizada pelo componente sintático e que, portanto, se manifesta em todas as línguas humanas.

Gostaríamos de ressaltar neste momento que há outros testes que podem ser utilizados para a identificação de verbos inacusativos; contudo, foram apresentados apenas os mais frequentes. Mas tudo isso não foi por acaso. Nosso objetivo é demonstrar que, de acordo com a perspectiva gerativista, não convém estudar a transitividade somente a partir da descrição dos dados a que temos acesso na materialidade do discurso. Assim, defini-la como um fenômeno que se manifesta nos verbos que selecionam argumento interno (como se *argumento interno* fosse sempre sinônimo de *complemento verbal*) não parece ser o melhor caminho. Na verdade, se tudo o que expusemos até agora estiver correto, tal definição parece estar fadada ao fracasso. É preciso ir além. Uma definição aparentemente satisfatória de *verbo transitivo* é apresentada a seguir.

São transitivos os verbos que possuem grade argumental própria, atribuem caso gramatical e papel temático aos seus argumentos, e obrigatoriamente geram e mantêm, dentro da projeção intermediária V', pelo menos um argumento, que estabelece com eles a relação gramatical de objeto (direto ou indireto) ou oblíquo. Nessa perspectiva, consideram-se objetos os sintagmas (nominais ou preposicionados) que podem ser substituídos por um clítico acusativo (o, a, os, as) ou dativo (me, lhe...) e que, tendo assumido essa forma, não podem ser deslocados para a periferia esquerda da sentença. Por outro lado, os oblíquos vêm sempre

encabeçados por preposição, em geral desempenham função de advérbio, mas também se manifestam em frases como *Crianças gostam de chocolate*. Em algumas gramáticas, como na de Bechara (2009), costumam ser chamados de complemento relativo.

Com essa definição, ficam fora da classe dos verbos transitivos os verbos-suporte, os verbos copulativos e os inacusativos, por exemplo.

O que fizemos aqui foi generalizar o conceito de transitividade verbal, por meio de um esquema que aparentemente engloba todos os verbos transitivos do português e que, com pequenos ajustes talvez, pode ser aproveitado em qualquer língua, em função de sua natureza formal. Na literatura linguística, encontramos muitas outras definições e, inclusive, várias outras subclasses de verbos, definidas a partir de critérios de naturezas diversas. Remetemos os leitores interessados a Mira Mateus et. alii. (2003), que, em sua *Gramática da Língua Portuguesa* (Editorial Caminho), descrevem, dentro do quadro teórico da Gramática Gerativa, o funcionamento da Gramática do Português Europeu, que, em muitos aspectos, se assemelha à Gramática do Português Brasileiro.

Ficaremos agora com a proposta de Perini (2009) acerca da transitividade verbal. Resolvemos tratar dessa teoria separadamente porque, embora compartilhe alguns pressupostos com a Gramática Gerativa, constitui uma abordagem bastante inovadora e (também) muito coerente.

3.3 A PROPOSTA DE PERINI (2009)

Perini (2009, p. 164) defende que há, no português, quatro funções sintáticas relevantes para o estabelecimento da transitividade de um verbo, a saber, *objeto direto*, *complemento do predicado* (corresponde aproximadamente ao “predicativo do sujeito”), *predicativo* (corresponde ao “predicativo do objeto”) e *adjunto circunstancial* (esta função inclui, também, o “objeto indireto”). Desta forma, para o autor, os verbos devem ser classificados conforme “aceitem”, “recusem” ou “aceitem livremente” esses elementos. A título de exemplificação, consideremos o verbo *comer*. De acordo com a proposta, ele se caracteriza desta maneira: “aceita livremente objeto direto” (cf. *Pedro comeu dois pedaços de bolo antes de sair de casa* vs. *Pedro comeu muito antes de sair de casa*); “aceita livremente adjunto circunstancial” (cf. *Pedro comeu do bolo que estava na mesa hoje cedo*); “recusa predicativo”; e “recusa complemento do predicado”.

A abordagem de Perini reduz ao máximo a importância do contexto no processo de classificação das palavras quanto à transitividade, porque, de acordo com a proposição do autor, essa propriedade parece ser determinada aprioristicamente. Mais uma vez, portanto, a transitividade é concebida como uma propriedade do item lexical. Embora Perini não esteja mais vinculado à abordagem chomskyana, a sua concepção acerca do fenômeno parece estar em consonância com alguns dos pressupostos do Gerativismo, que postula, conforme dissemos anteriormente, que é no léxico que estão marcadas as propriedades sintático-semânticas básicas dos itens da língua.

3.4 ÚLTIMAS PALAVRAS (DESTE CAPÍTULO)...

Neste capítulo, demonstramos que, de fato, é possível tratar o problema da transitividade a partir de uma perspectiva formal, fazendo uso de um instrumental teórico que, no nosso entendimento, vai muito além da abordagem normativa empreendida pelos gramáticos tradicionais. Contudo, é importante deixar claro que há ainda (muitas) outras perspectivas que procuram dar conta desse fenômeno. No próximo capítulo, problematizamos a transitividade sob a ótica do Funcionalismo, mas, antes disso, procuramos traçar os aspectos gerais dessa corrente teórica, de modo a permitir que o leitor identifique as motivações que levaram muitos estudiosos a propor, a partir de determinados pressupostos em comum, conceitos de transitividade bastante diferentes de tudo o que discutimos até o momento.

Optamos por não adotar nenhuma das perspectivas discutidas neste capítulo, sobretudo, por não concordarmos com a ideia de que o sistema linguístico é uma instância desvinculada das situações nas quais é ativado. Em vez disso, assumimos que ele se constitui e, a todo momento, é influenciado pelas vicissitudes do discurso.

4. REFERENCIAL TEÓRICO ADOTADO

Nos capítulos precedentes, demonstramos, em linhas gerais, como a transitividade é concebida pela Gramática Tradicional e apresentamos duas outras perspectivas das quais podemos contemplar esse fenômeno: a Gramática Gerativa e a abordagem de Perini (2009). Agora, lançamo-nos à tarefa de caracterizar a transitividade a partir de um posicionamento marcadamente funcionalista, tendo em conta a abordagem de Hopper e Thompson (1980) e Thompson e Hopper (2001).

Antes disso, contudo, vamos tecer alguns comentários acerca do funcionalismo linguístico, situando-o em relação ao paradigma formalista. Ratificamos, desde já, que, num primeiro momento, serão discutidos apenas os aspectos que, no nosso entendimento, podem, em maior ou menor grau, ser rastreados em qualquer abordagem funcionalmente orientada. A esse respeito, seguimos de perto o que dizem Bybee (2010), Butler (2003), Croft (1995), Lyons (1987), Neves (1997), Pezatti (2011), dentre outros.

4.1 O PONTO DE VISTA CRIA O OBJETO: FORMALISMO E FUNCIONALISMO EM LINGUÍSTICA

Saussure, no Curso de Linguística Geral, defende que, na nossa disciplina, é o lugar de onde o analista contempla os fatos da linguagem que o permite construir seu objeto teórico. Dizendo de outro modo, diferentes teorias nos dão a possibilidade de vislumbrar, de ângulos variados, o complexo fenômeno da linguagem humana e, assim, eleger os aspectos que, em cada caso, serão considerados centrais e, portanto, mais relevantes para a descrição e interpretação dos fenômenos em análise.

Dizendo de modo bastante simplificado, *formalismo* e *funcionalismo* podem ser concebidos como diferentes maneiras de se posicionar relativamente aos fatos de linguagem. Mas esses paradigmas definitivamente não devem ser entendidos como monolíticos ou homogêneos. Na verdade, eles são construtos que abrigam uma série de modelos que compartilham alguns pressupostos teóricos fundamentais, mas divergem entre si no que diz respeito a tantos outros aspectos, supostamente mais periféricos. Assim, o que propomos nos próximos parágrafos é uma caracterização geral dessas duas correntes, que, no nosso

entendimento, chegam a lugares distintos porque *não* partem do mesmo ponto, e consequentemente *nem sempre* podem trilhar o mesmo caminho.

Diversos autores se preocuparam em opor formalismo e funcionalismo, tendo em vista os aspectos mais salientes de cada um desses paradigmas. Dik (1978), por exemplo, compara essas duas abordagens a partir dos tópicos organizados no quadro abaixo, que foi adaptado por Neves (1994, p. 115).

Quadro 2 – Formalismo *versus* Funcionalismo em Linguística

	Paradigma formal	Paradigma funcional
a. Conceito de língua	Conjunto de orações	Instrumento de interação social
b. Função da língua	Expressão de pensamentos	Comunicação
c. Correlato psicológico	Competências: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações	Competência comunicativa: capacidade de interagir socialmente com a língua
d. O sistema e seu uso	O estudo da competência tem prioridade sobre o estudo da atuação	O estudo do sistema deve fazer-se dentro do quadro do uso
e. Língua e contexto / situação	As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto / situação	A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto
f. Aquisição da linguagem	Faz-se com o uso de propriedades inatas, com base em um <i>input</i> restrito e não estruturado de dados	Faz-se com a ajuda de um <i>input</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural
g. Universais linguísticos	Propriedades inatas do organismo humano	Explicados em função de restrições: comunicativas; biológicas ou psicológicas; contextuais
h. Relação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática	A sintaxe é autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as prioridades vão da sintaxe à pragmática, via semântica	A pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica

Fonte: Dik (1978, *apud* NEVES, 1994, p. 115)

De modo geral, os formalistas concebem a língua como um dispositivo autônomo, que, a rigor, pode ser descrito independentemente de seu uso nas mais diferentes situações

comunicativas. Em contrapartida, os funcionalistas postulam que a língua deve sempre ser pensada levando-se em conta os diferentes contextos que a circundam, porque ela existe para cumprir determinados propósitos e, em decorrência disso, se adapta às diferentes situações comunicativas. Dizendo de outra maneira, para os formalistas, *conhecimento* e *uso* são duas dimensões inteiramente distintas e não possuem o mesmo estatuto teórico, sendo o *conhecimento* o real objeto de estudo da Linguística. Já para os funcionalistas, as instâncias de uso impactam a representação cognitiva que os usuários constroem da língua e, por isso, não devem ser postuladas fronteiras rígidas entre conhecimento e uso, pois eles se inter-relacionam de tal modo que um não pode ser concebido adequadamente sem o outro (BYBEE, 2010).

O estruturalismo norte-americano e, sobretudo, as diferentes versões da Gramática Gerativa são os modelos mais representativos do paradigma formalista. Como principais expoentes do funcionalismo, podemos citar Dik, Halliday e, também, Givón, Bybee, Thompson, Hopper, Tomasello, dentre outros que advogam em favor de uma abordagem baseada no uso. Embora muitos teóricos situem o estruturalismo saussureano no paradigma formalista, convém lembrar que as ideias do mestre de Genebra influenciaram de perto os membros do Círculo Linguístico de Praga (CLP), que é considerado um marco para o início efetivo da revolução funcionalista. Contudo, mesmo assim, podem-se identificar algumas proposições de Saussure que, já na segunda metade da década de 1920, foram explicitamente rejeitadas pelos estudiosos do CLP, e ainda o são pelos funcionalistas atuais, como a nítida distinção entre sincronia e diacronia e a suposta homogeneidade do sistema linguístico (cf. LYONS, 1987, p. 208). Na verdade, o que se conhece atualmente como funcionalismo, de certo modo, pode ser visto como a reatualização de alguns pressupostos defendidos explicitamente, há quase 100 anos, por linguistas como Roman Jakobson e Nikolaj Trubetzkoy, dois dos membros mais influentes do CLP, e até mesmo por estudiosos anteriores a Saussure, como Whitney, von der Gabelentz e Hermann Paul, os quais entendiam, por exemplo, que “se deve explicar a estrutura linguística em termos de imperativos psicológicos, cognitivos e funcionais.” (PEZATTI, 2011, p. 166).

A seguir, apresentamos, de modo um pouco mais detalhado, algumas proposições funcionalistas. Considerando-se que a abordagem de Hopper e Thompson (1980) acerca da transitividade pode ser incluída no escopo do funcionalismo norte-americano, ao final do próximo subitem, fazemos referência a essa vertente de estudos.

4.2 EXPLORANDO UM POUCO MAIS O FUNCIONALISMO

De acordo com Butler (2003), hoje os mais diferentes modelos funcionalistas tendem a estabelecer sua posição teórica relativamente às reivindicações formalistas. Para o autor, essa postura está diretamente relacionada à forte influência que a Gramática Gerativa exerceu no âmbito dos estudos linguísticos, a partir da segunda metade do século passado, sobretudo com a publicação de *Syntactic Structures* (1957) e *Aspects of the Theory of Syntax* (1965), de Noam Chomsky. Contudo, embora a tradição formalista tenha imperado hegemonicamente durante a maior parte do século XX e continue vigorante até hoje, convém destacar que os modelos funcionalistas também estão firmados em bases teóricas bastante sólidas, tendo alcançado generalizações importantes e empreendido análises, de fato, muito frutíferas. Assim, os funcionalistas em geral não se limitaram a apontar supostas inadequações presentes nas diferentes escolas formalistas, mas também construíram um conhecimento bastante consistente acerca da natureza da linguagem humana.

Qualquer abordagem linguística deve formular hipóteses que expliquem satisfatoriamente como os falantes associam *forma* e *significado*, já que, grosso modo, a linguagem pode ser concebida como um dispositivo pelo qual organizamos, processamos e transmitimos informação através do manuseio de signos linguísticos. Portanto, dentro de uma abordagem funcionalista, as expressões linguísticas não devem ser descritas independentemente do contexto em que ocorrem, pois elas são instrumentais em relação aos vários propósitos a que são destinadas no decurso de nossas relações sociais.

A concepção de linguagem enquanto instrumento de comunicação entre seres humanos une os mais diferentes modelos funcionalistas e, para autores como Butler (2003), é fundamental para se explicar por que as línguas humanas são como são. Na verdade, todas as línguas naturais cumprem uma série de funções, das quais a principal, dentro de uma abordagem funcionalista, é a função comunicativa. Esse posicionamento, contudo, não é unânime entre os estudiosos: considerando a linguagem um sistema para a livre expressão de pensamentos, essencialmente independente de estímulos externos, Chomsky confere à finalidade comunicativa da linguagem um papel secundário em relação à sua função cognitiva. Observe que, nesse embate, o que muda é o foco: no que concerne à natureza das línguas humanas, determinar qual função é proeminente em relação às demais depende do objeto teórico construído. De qualquer maneira, acreditamos ser interessante ressaltar que a

ideia de linguagem enquanto instrumento de comunicação não encontra muito espaço em uma teoria na qual essa capacidade é vista como um objeto que se encerra em si mesmo.

Presente nos mais variados modelos formalistas, a rígida separação entre *sistema* e *uso*, conforme dissemos anteriormente, é comumente criticada pelos funcionalistas, que consideram esse tipo de abordagem arbitrária e não condizente com o modo como as línguas humanas se nos apresentam, em situações reais de uso. Na verdade, muitos funcionalistas até concordam que existe um tipo de conhecimento subjacente ao uso da linguagem, entretanto, por certo, ele não é puramente gramatical; está relacionado também à habilidade dos falantes de usar a língua de maneira apropriada em diferentes situações. Dito de outro modo, os funcionalistas estão preocupados não apenas com o saber gramatical dos usuários da língua, mas com o que Hymes (1979) chama de “competência comunicativa”, um conjunto de conhecimentos que emerge da / na vida em sociedade e que nos permite interagir satisfatoriamente por meio de textos. Nesse mesmo espírito, lembra-nos Neves (1994, p. 109) que “Qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente”. Subjacente a essa ideia, está a procura constante por respostas acerca do modo como “padronização linguística” e “contextos de uso” se inter-relacionam.

Croft (1995) defende que muitos aspectos do comportamento linguístico humano podem ser explicados em termos de “funções da linguagem”. O autor, que critica o isolamento mútuo existente entre formalistas e funcionalistas, argumenta que a controversa relação entre forma e significado é um ponto bastante complexo dentro da linguística, o qual, em grande medida, determina o modo como o “objeto escondido” vai ser caracterizado. A própria noção de *autonomia*, tão problemática dentro dos estudos linguísticos, tem ligação direta com esse embate. Para muitos formalistas, a arbitrariedade do signo linguístico evidencia a autonomia da gramática em relação ao componente discursivo. Os funcionalistas, no entanto, acreditam que o fato de as línguas serem usadas em situações reais de comunicação, para cumprir determinados propósitos, faz com que, de algum modo, o funcional influencie o sistêmico.

Delbecquer (2006) apresenta três princípios que, na sua concepção, estruturam a linguagem humana. Tais princípios em geral são compartilhados pelos mais diferentes funcionalismos, embora o grau de comprometimento com cada um deles varie dependendo da escola. Para a autora, no “[...] sistema complexo de símbolos chamado linguagem, podemos

ver princípios de indexicalidade, de iconicidade e de «simbolicidade» a actuar em simultâneo” (p. 22). A seguir, abordamos rapidamente cada um desses princípios.

O *princípio da indexicalidade* aponta para a possibilidade que temos de, por meio da língua, codificar eventos e estados de coisas de acordo com a nossa perspectiva. Os dêíticos, que Delbecquer curiosamente chama de “palavras egocêntricas”, são bons representantes do princípio da indexicalidade, pois “[...] remetem para o EGO do locutor que impõe seu ponto de vista ao mundo” (p. 23). Ferrari (2011, p. 68) parece concordar com esse princípio ao afirmar que “[...] não é simplesmente o cenário descrito que determina as escolhas linguísticas, mas também o ponto de vantagem [*vantage point*] adotado pelo falante, ou, ainda, o ponto de vantagem para o qual o falante se projeta mentalmente”. Desta forma, ao que tudo indica, o princípio da indexicalidade existe em função do modo como nossa cognição interpreta o mundo e constrói significados a partir das impressões que temos do mundo.

O *princípio da iconicidade*, por sua vez, “[...] leva-nos a estabelecer uma certa semelhança entre a forma do enunciado e aquilo que ela representa” (DELBECQUER, 2006, p. 26). Tal princípio, tão caro aos funcionalistas, desafia toda teoria que postule ser a linguagem um sistema completamente arbitrário, entendendo-se por *arbitrariedade* a “[...] ausência de qualquer conexão necessária entre a forma de uma palavra [ou de uma construção pertencente a um nível mais alto] e seu significado” (TRASK, 2011, p. 36). Na verdade, acreditamos que tanto a arbitrariedade quanto a iconicidade estão presentes nas mais diversas línguas do mundo e se apresentam, de maneiras distintas, em diferentes domínios, devendo, pois, ser encaradas de forma gradiente (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003). O princípio da iconicidade manifesta-se em três subprincípios, quais sejam: (1) subprincípio da ordem linear (em certos enunciados, a ordem dos constituintes espelha o modo como as atividades codificadas se organizam na linha do tempo); (2) subprincípio da distância (elementos cognitivamente mais próximos tendem a, no processo de codificação, ficar agrupados) e (3) subprincípio da quantidade (elementos cognitivamente mais complexos tendem a ser codificados com mais material linguístico).

Conforme relatamos acima, atualmente até mesmo os funcionalistas admitem a existência de elementos não motivados nas línguas naturais, o que dá razão de ser ao chamado *princípio da simbolicidade*. Esse princípio prevê a existência de componentes nas línguas humanas que não podem ser explicados em termos funcionais, ou seja, apresentam-se como arbitrários. Ressaltamos, contudo, que, em geral, a identificação de certos casos de

arbitrariedade é devida a limitações provenientes de análises que contemplam a língua de uma perspectiva puramente sincrônica.

Os estudos funcionalistas norte-americanos, que ganharam projeção a partir da década de 1970, têm se apropriado, nos últimos anos, de descobertas da linguística cognitiva não-chomskyana para arriscar explicações acerca do funcionamento das línguas naturais, e a recíproca é verdadeira. Na verdade, funcionalistas e cognitivistas recentemente uniram esforços para compreender melhor a natureza da linguagem, e isso resultou no que os estudiosos têm chamado de Linguística Cognitivo-Funcional, ou Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). Um dos postulados da LFCU, que também está presente na Teoria dos Multissistemas (CASTILHO, 2010), é que a língua se fundamenta num aparato cognitivo. De acordo com esse postulado, as mais diferentes línguas naturais representam em sua estrutura determinadas categorias cognitivas, como a de *pessoa, coisa, espaço, tempo, movimento, visão, qualidade, quantidade* etc., que são comuns à espécie humana e responsáveis pela expressão da experiência em termos cognitivos. Observe que o que muda são as representações linguísticas das categorias cognitivas, e não as categorias em si mesmas (p. 69).

A LFCU rejeita a abordagem de cunho racionalista para a aquisição da linguagem defendida pelos seguidores do gerativismo, conhecida como Teoria da Gramática Universal (GROLLA; FIGUEIREDO SILVA, 2014). De acordo com esta última hipótese, o nosso aparato cognitivo é modular e, por determinações genéticas, possui um componente dedicado especificamente à produção e compreensão de expressões linguísticas, o qual independe do resto da cognição. Contudo, para a LFCU, o comportamento linguístico deve ser visto como “[...] reflexo de capacidades linguísticas que dizem respeito aos princípios de categorização, à organização conceptual, aos aspectos ligados ao processamento linguístico e, sobretudo, à experiência humana no contexto de suas atividades individuais, sociointeracionais e culturais” (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 14). Bybee (2010), nessa mesma perspectiva, concebe a linguagem como um sistema complexo e adaptativo que emerge da vida em sociedade, a partir da atuação de potentes mecanismos cognitivos mais gerais sobre produtos linguísticos resultantes da experiência contínua que os homens adquirem com a língua, em suas comunidades de fala. Esses pressupostos podem ser atestados, por exemplo, na “gramaticalização de construções”, entendida atualmente como um processo pelo qual, em função do uso, novas construções surgem na língua (BYBEE, 2010; TRAUGOTT & TROUDALE, 2013; dentre outros). Os postulados de Hopper e Thompson (1980) acerca da transitividade também corroboram a concepção de gramática emergente que estamos

defendendo neste trabalho. Sobre esta última teoria, em torno da qual gravitam as análises aqui empreendidas, falamos com mais vagar no próximo subitem.

4.2.1 Funcionalismo e Gramática: em foco, a transitividade na perspectiva de Hopper e Thompson

Diferentemente do que postulam os gramáticos tradicionais e também as teorias formalistas, Hopper e Thompson (1980) concebem a transitividade como uma propriedade que, de maneira escalar (não discreta), incide sobre toda a oração (e não apenas sobre o verbo), podendo ser aferida a partir da aplicação de dez parâmetros sintático-semânticos independentes que focalizam, de diferentes ângulos, o modo como uma ação acontece. Esse fenômeno, que se manifesta em todas as línguas humanas, é discursivamente motivado, pois o maior ou menor grau de transitividade de uma sentença está diretamente associado à forma como o falante organiza o discurso para atingir seus propósitos comunicativos. Além disso, acredita-se que as sentenças *prototipicamente* transitivas, que apontam para uma atividade na qual um participante transfere intencionalmente a outro participante uma ação e lhe causa uma mudança de estado ou locação, são apreendidas e codificadas gramaticalmente mais cedo pelas crianças (SLOBIN, 1982). Com isso, estamos assumindo o pressuposto de que categorizamos o mundo a partir do estabelecimento, via experiência, de *modelos exemplares*, os quais reúnem aquelas propriedades que julgamos serem as mais relevantes para a caracterização de uma determinada categoria (p.e., a categoria dos objetos, aves, automóveis, brincadeiras etc.). Tais modelos funcionam como pontos de referência de que nos valemos para processar e organizar informações. A categoria *ave*, por exemplo, reúne membros mais centrais, como os sabiás e andorinhas, e membros mais periféricos, como pinguins e gansos (cf. CANÇADO, 2008, p. 94). Em termos estritamente linguísticos, a classe dos substantivos, num certo sentido, tem como protótipos as palavras *menino*, *gato*, dentre tantas outras que apresentam variação de gênero e número; são menos representativas dessa classe, por outro lado, palavras como *ônibus* e *bíceps*, que não recebem, nelas mesmas, as referidas desinências. Isso sugere que a transitividade também encontra motivações cognitivas, pois, de certa forma, reflete o modo como interpretamos o mundo.

Hopper e Thompson (1980) utilizam os seguintes parâmetros para aferir o grau de transitividade de uma sentença:

Quadro 3 – Parâmetros de Transitividade de Hopper e Thompson (1980)

	Transitividade alta	Transitividade baixa
1. Participantes	Dois ou mais	Um
2. Cinese	Ação	Não ação
3. Aspecto do verbo	Perfectivo	Não perfectivo
4. Pontualidade do verbo	Pontual	Não pontual
5. Intencionalidade do Sujeito	Intencional	Não intencional
6. Polaridade da oração	Afirmativa	Negativa
7. Modo	Modo realis	Modo irrealis
8. Agentividade do Sujeito	Agentivo	Não agentivo
9. Afetamento do Objeto	Afetado	Não afetado
10. Individuação do Objeto	Individuado	Não individuado

Fonte: Hopper e Thompson (1980)

O parâmetro “Individuação do Objeto” é atestado a partir das seguintes propriedades:

Quadro 3.1 – Parâmetros de Individuação do Objeto

Individuado	Não individuado
Próprio	Comum
Humano, animado	Não animado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Massivo
Referencial, definido	Não referencial

Fonte: Hopper e Thompson (1980)

Juntos, os parâmetros apresentados acima permitem que a sentença seja classificada como mais ou menos transitiva, pois cada componente “envolve uma faceta diferente da efetividade ou intensidade com que a ação é transferida de um participante a outro” (p. 252, tradução livre). Assim, uma sentença prototipicamente transitiva reúne as seguintes propriedades: **(1)** é afirmativa e está no modo *realis*; **(2)** codifica uma ação da qual participam, pelo menos, dois entes; **(3)** a ação codificada é pontual e télica; **(4)** o sujeito é Agente e marcado com o traço [+ volitivo]; e **(5)** o objeto é individuado e totalmente afetado. A sentença a seguir contém todas essas propriedades e, portanto, será tomada como modelo de análise.

(1) João matou a barata.

Em (1), compõem a cena 02 participantes (*João e a barata*), os quais são selecionados pelo verbo e têm suas funções semânticas muito bem definidas; ocorre ação; a ação é vista de

seu final, ou seja, é télica; a ação é intrinsecamente instantânea e, por isso, pontual; o sujeito é Agente e volitivo¹⁵; a oração está no modo *realis* e é afirmativa; o objeto é individuado (concreto, singular, contável, referencial) e totalmente afetado.

Mas por que os traços elencados acima são fundamentais para a aferição do grau de transitividade de uma sentença? Com base em Hopper e Thompson (1980), Thompson e Hopper (2001) e em muitos outros autores que se preocuparam com esse tema, apresentamos as seguintes hipóteses:

(A) PARTICIPANTES: Não pode haver transferência de ação a menos que dois participantes estejam envolvidos. O número de participantes, de certa forma, se relaciona com a valência do verbo, mas também depende dos propósitos comunicativos do falante. Desta maneira, em *Milton gosta do camarim*, há dois participantes envolvidos, embora apenas o SN-Sujeito tenha como característica o traço [+ animado].

(B) CINESE: Considerando-se que somente ações podem ser transferidas de um participante a outro, pode-se afirmar que, de maneira geral, os verbos de ação-processo e os de ação causam maior impacto na transitividade da sentença do que os verbos de processo e os de estado (TEIXEIRA, 2014).

(C) ASPECTO: Os verbos perfectivos são aqueles que codificam ações concluídas, acabadas. As ações são interpretadas como mais efetivas quando vistas de seu ponto final.

(D) PONTUALIDADE: Próprio de eventos instantâneos, esse traço está presente nas ações em que não há fase de transição óbvia entre seu início e final. Tais ações têm um efeito mais marcado nos seus pacientes do que aquelas que são contínuas. As ações pontuais se opõem às que estão inerentemente em andamento; nelas, o começo e o fim ocorrem quase que de forma concomitante. De acordo com Laroca (2014, p. 79), “O traço que distingue a pontualidade é a não duratividade no tempo”.

(E) INTENCIONALIDADE DO SUJEITO: Quando o sujeito é intencional, a transferência de ação é mais evidente, bem como a proximidade desse sujeito com o objeto (COSTA, 2014). Comparem-se os seguintes exemplos: *Eu escrevi seu nome* vs. *Eu esqueci seu nome*.

(F) POLARIDADE: Este é o parâmetro de afirmação/ negação. Considera-se que a afirmação é mais efetiva do que a negação (cf. *João ofendeu Maria* vs. *João não ofendeu Maria*).

¹⁵ Para fins de análise, desconsideramos, neste exemplo, qualquer possibilidade de o SN “João” ter praticado a ação denotada pelo predicado acidentalmente.

(G) MODO: Assumimos, neste trabalho, que o modo *realis* está presente nas orações em que o evento denotado pelo verbo corresponde a algo que já aconteceu ou que é tido como certo pelo falante; assim, o modo está relacionado ao grau de comprometimento do falante com aquilo que ele está enunciando.

(H) AGENTIVIDADE DO SUJEITO: O Agente é aquele que executa a ação denotada pelo predicado. Neste trabalho, assumimos que todo Agente é [+ animado], contudo, nem sempre é [+ volitivo]. Em *Vinícius quebrou o vaso de flores da vovó*, a “quebra do vaso” aconteceu por causa de Vinícius, embora isso possa ter ocorrido acidentalmente.¹⁶

(I) AFETAMENTO DO OBJETO: A transferência de ação é mais perceptível quando o objeto é totalmente afetado.

(J) INDIVIDUAÇÃO DO OBJETO: A transferência de ação ocorre de maneira mais efetiva quando o objeto é individuado, ou seja, quando ele apresenta as seguintes características: próprio; humano, animado; concreto; singular; contável; referencial, definido.

4.3 FINALIZANDO (ESTE CAPÍTULO)...

No texto clássico de 1980, intitulado *Transitivity in Grammar and Discourse*, Hopper e Thompson defendem que a transitividade alta, em textos narrativos, normalmente se faz presente naquelas sentenças que codificam eventos associados ao plano de figura (“foregrounding”). Como consequência, as sentenças com baixo grau de transitividade preenchem o plano de fundo (“backgrounding”), funcionando muito mais como elementos contextualizadores¹⁷. Essas informações, conforme sinalizamos anteriormente, evidenciam a hipótese de que o sistema linguístico não é um módulo cognitivo autônomo com propriedades determinadas *a priori*, mas se constitui a partir de interação de diferentes componentes, estando o componente discursivo em lugar de destaque.

Já no artigo *Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation*, de 2001, os autores argumentam que a transitividade, pelo menos em inglês, é muito baixa na conversação espontânea. Como *corpus*, eles se valeram de textos orais

¹⁶ Isso explica a coerência de os componentes “Agentividade do Sujeito” e “Intencionalidade do Sujeito” serem analisados separadamente.

¹⁷ Os diferentes planos discursivos refletem o modo como o enunciador interpreta um evento e, assim, organiza seu discurso. De acordo com Castilho (2010, p. 674), o plano de figura reúne os “Eventos mais importantes de uma narrativa, expressos no pretérito perfeito.”. Por outro lado, o plano de fundo reúne “Segmentos descritivos e argumentativos no interior de uma narrativa, habitualmente no presente ou no pretérito imperfeito.” (op. cit., p. 676).

produzidos por falantes escolarizados da classe média americana caucasiana. Tais achados, dentre outras coisas, sugerem que as formas de manifestação da transitividade dependem, pelo menos em parte, das especificidades de cada gênero discursivo.

De qualquer maneira, o que fica evidente na proposta de Hopper e Thompson é a plausibilidade de se conceber a transitividade como um complexo que está a serviço da comunicação. E mais: comunicação e cognição, dentro dessa perspectiva, mantêm um relacionamento muito estreito entre si. As sentenças de transitividade alta estão associadas ao plano de figura na organização do discurso porque, antes, são mais salientes do ponto de vista cognitivo. E é isso que procuramos demonstrar a seguir, quando, após discorrermos acerca da metodologia, apresentaremos os resultados de nossas análises.

5 METODOLOGIA

Considerando-se que esta pesquisa tem por objetivo geral defender a plausibilidade de se conceber a transitividade a partir de proposição de Hopper e Thompson (1980) tendo em vista o que dizem algumas abordagens alternativas, a nossa primeira tarefa consistiu em um levantamento bibliográfico acerca do tema. A princípio, verificamos como os gramáticos tradicionais se posicionam relativamente à questão da transitividade; em seguida, investigamos o fenômeno a partir da Teoria Gerativa e da proposta de Perini (2009); por fim, debruçamo-nos sobre a proposta de Hopper e Thompson (1980). Para compreender melhor esta última teoria, estudamos também o texto *Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation*, dos mesmos autores (publicado em 2001), os livros *Transitividade e seus contextos de uso*¹⁸, *(In)transitividade na perspectiva funcionalista da língua*¹⁹ e *Transitividade traço a traço*²⁰, além de uma série de artigos disponíveis na internet que abordam esse assunto, dentro do mesmo recorte teórico.

Para alcançar o nosso objetivo geral, decidimos fazer dois tipos de análise: uma de caráter quantitativo e outra de caráter qualitativo.

No primeiro caso, escolhemos, como *corpus*, 20 entrevistas da Amostra de Fala Infantil do PEUL/UFRJ, feitas nos anos de 1979 a 1981 com informantes entre 4 e 7 anos de idade. Destas entrevistas, analisamos um total de 280 sentenças simples, aplicando-lhes os 10 parâmetros de transitividade propostos por Hopper e Thompson (1980), a fim de saber qual é o tipo de sentença mais frequente nesses dados. Para os propósitos deste trabalho, estamos considerando *simples* aquelas sentenças que reúnem apenas 01 oração, como em *O meu computador queimou*, em detrimento das sentenças complexas, que reúnem duas ou mais orações, como *Clotilde disse que o meu computador queimou*, na qual o verbo *dizer*, que organiza a oração principal, seleciona, como argumento interno, outra oração (cf. RADFORD et. alii., 1999, p. 277-290).

As sentenças analisadas foram organizadas em 03 grupos, quais sejam:

- **Grupo 1:** sentenças altamente transitivas (possuem de 7 a 10 traços marcados positivamente)
- **Grupo 2:** sentenças de transitividade média (possuem entre 4 e 6 traços marcados positivamente)

¹⁸ Editora Lucerna, 2007. Autoria: Maria Angélica Furtado da Cunha e Maria Medianeira de Souza.

¹⁹ Edufes, 2008. Organização: Lúcia Helena Peyroton da Rocha e Carmelita M. da Silva Amorim.

²⁰ Editora da UFF, 2014. Organização: Jussara Abraçado e Eduardo Kenedy.

- **Grupo 3:** sentenças de baixa transitividade (possuem até 3 traços marcados positivamente)

Já para a abordagem qualitativa, selecionamos uma narrativa produzida por um informante de 7 anos de idade (identificado pelo código 07REN). Nesse texto, a criança recria a história de Chapeuzinho Vermelho, acrescentando-lhe uma série de eventos que não estão presentes na versão oficial. Desta vez, só não foram analisadas as orações encaixadas que, de acordo com a NGB, desempenham o papel de termo essencial ou integrante e as subordinadas adjetivas. Nas sentenças complexas organizadas em torno de verbos de elocução (dizer, afirmar etc.), o “objeto do dizer” também foi contabilizado como participante. Além disso, assumimos as seguintes posições:

(1) Nas expressões com verbo-suporte, optamos por não considerar o Objeto direto participante, tendo em vista que todo o bloco se comporta como se fosse um único item lexical. Deste modo, em *Os traficantes deram um tiro para o alto na hora da festa*, consideramos que a sentença possui apenas 01 participante.

(2) Na sentença *Renzo e Luiz Fernando escreveram um bom artigo de Linguística*, embora o NP-Sujeito remeta a dois escritores (“Renzo” e “Luiz Fernando”), consideramos que eles devem ser interpretados como um único participante. Há boas razões para isso. Em primeiro lugar, o papel temático é atribuído a toda a “casa vazia” prevista pelo verbo, que pode ser preenchida por quantos núcleos forem necessários; em segundo lugar, a quantidade de núcleos nominais que eventualmente preencham esses espaços previstos pelo verbo, em princípio, não influencia o grau de eficácia da ação²¹.

(3) Elementos dêiticos também são considerados participantes, bem como as “anáforas-zero”, que, em geral, ocorrem para conferir economia ao texto e contribuem para a dinâmica do discurso;

(4) Sempre que possível, optamos por analisar sentenças retiradas de narrativas contadas pelos entrevistados. Quando as crianças contam histórias relacionadas ao seu contexto imediato (escola, casa etc.), além de falar mais, elas também se expressam de forma mais criativa e espontânea.

(5) Descartamos os trechos em que as crianças, ao responder às perguntas, se limitaram a repetir, parcial ou integralmente, frases produzidas pelos entrevistadores.

²¹ Tanto em *João matou a barata* quanto em *João e Pedro mataram a barata*, a transferência de ação ocorreu efetivamente.

(6) Nos trechos em que os informantes usaram repetidamente a mesma construção (embora a tenham preenchido de maneiras diferentes), analisamos somente a primeira ocorrência.

Fazem-se necessários, ainda, no nosso entendimento, alguns comentários acerca do traço *Participantes*, que decidimos caracterizar nos seguintes termos.

Todo participante deve receber caso gramatical e papel temático do verbo predicador que o seleciona. Nas orações com alto grau de transitividade em que há dois participantes envolvidos, eles aparecem, em geral, sob a forma de sujeito e objeto direto, respectivamente. Reconhecemos, contudo, a possibilidade de o segundo participante assumir a forma de um sintagma preposicionado (PP) e, mesmo assim, ocorrer transferência de ação²².

Partimos da ideia de que o significado de uma palavra é assimilado a partir de nossas relações com o mundo: são as experiências que temos com eventos comerciais que nos permitem, por exemplo, associar a *comprar* determinados elementos (como o comprador, a mercadoria, o valor da compra etc.) que saturam o “significado de base” desse item²³. Entretanto, os elementos previstos pela semântica do verbo nem sempre têm o mesmo peso sintático. Em *Lúcia comprou uma bolsa no shopping por 500 reais na semana passada*, tanto o agente quanto a mercadoria são selecionados diretamente pelo verbo e, por isso, garantem a gramaticalidade da sentença; já o local, o valor e a data, apesar de estarem, de certa forma, associados a esse tipo de transação, podem ser retirados da sentença sem qualquer prejuízo à sua gramaticalidade. E mais: tanto o papel temático quanto o caso dos NPs “Lúcia” e “uma bolsa” são determinados pelo verbo; os demais sintagmas são encabeçados por preposições plenas, que, à semelhança de *comprar*, também funcionam como elementos predicadores.

Tendo em vista que as sentenças prototipicamente transitivas apresentam um predicador que denota transferência de ação, parece-nos adequado considerar que os elementos diretamente selecionados pelo verbo são **participantes em potencial** do evento transitivo. Assumindo essa posição, **não** somos forçados a considerar participantes os sintagmas preposicionados (destacados) que integram o exemplo *Eu viajei para Vitória nas últimas férias*, porque, apesar de acrescentarem informações relevantes para a caracterização do evento, eles podem ser retirados sem que a gramaticalidade da sentença seja

²² Considere-se, por exemplo, o verbo *bater*, que, significando “aplicar pancadas ou golpes em”, idealmente seleciona, como argumento interno, objeto indireto (cf. Pedro bateu em João).

²³ Desta forma, estamos assumindo que o conhecimento linguístico do falante nativo é parte de seu conhecimento enciclopédico, e não uma instância isolada.

comprometida. Em outras palavras, eles são licenciados pela construção SN + V, e não pelo verbo *viajar*.

Por outro lado, os “participantes em potencial” do evento transitivo precisam ser atualizados, no discurso, pelo falante para que, de fato, sejam contabilizados na aferição da transitividade da sentença. A título de exemplificação, consideremos o verbo *fumar*: ele usualmente seleciona 02 argumentos (o fumante e o objeto fumado), que, na nossa proposta, são participantes em potencial; contudo, há contextos em que, por motivações pragmáticas (suposta irrelevância, por exemplo), o argumento interno é descartado: *Minha mãe fumava muito*. Neste caso, contabilizamos apenas 01 participante, o SN “minha mãe”, embora saibamos que alguma coisa foi fumada por ela.

Assumir que a grade argumental básica do verbo é constituída de “participantes em potencial” de um evento e que esses participantes *podem* ser integralmente atualizados pelo falante *no* discurso é, no nosso entendimento, indispensável para uma teoria de base funcionalista como a de Hopper e Thompson (1980). Tendo em vista que esses autores postulam que o grau de transitividade da sentença está diretamente associado ao modo como os usuários da língua organizam o próprio discurso, é fundamental que, na análise dos traços, sejam consideradas, sempre que possível, as escolhas do falante durante a enunciação, momento no qual ele coloca em cena aquilo que considera relevante compartilhar.

6 ANÁLISE DOS DADOS

6.1 ANÁLISE QUALITATIVA

Neste item, analisamos brevemente um pequeno texto narrativo produzido pelo informante 07REN, que, na época da entrevista, tinha 7 anos de idade, ensino fundamental incompleto e morava no bairro Tijuca, Rio de Janeiro. Conforme dissemos anteriormente, a narrativa, disponível abaixo na íntegra, é uma versão da história de Chapeuzinho Vermelho recriada pelo entrevistado durante a interlocução. Os trechos que integram o plano de figura foram por nós destacados.

[...]

É uma menininha que ela se chamava (Degol), mas o apelido dela que eles chamava foi de Chapeuzinho Vermelho porque ele, eles tem uma- ela tem uma capa, assim vermelha e um chapeuzinho vermelho. Aí ele botou o apelido dela de Chapeuzinho Vermelho. Um dia que, ela foi lá embaixo [na]- na casa dela, da mãe dela, aí bateu o caçador assim: pá, pá. Aí a mãe da Chapeuzinho disse: “Quem é?”. Aí o caçador disse: “Sou eu, abre eu sou o caçador”, aí ele disse “ó, cuidado em! não vai pela cidade que às vezes tem um lobo mau que a passa para assustar às pessoas pra comer o dedo”. Aí a Cha-... [Aí], aí a mãe dela disse: “Ó, tua vó ta muito doente, quer ir lá na casa dela?” “Eu quero sim”, respondeu o Chapeuzinho Vermelho. Aí ela disse: “Não vá [pela]- pela cidade que às vezes... viu o que o caçador disse que às vezes aparece o lobo mau sempre para comer as crianças”. [Aí ela]- aí ela acreditou, aí ela foi pela floresta, mas viu, mas viu o lobo mau. Ele era sabido e tava lá na casa da vovozinha perto da- da- da casa dela ouvindo tudo. Aí ele saiu da cidade [e foi] e foi pela floresta porque ele estava ouvindo a mãe dela falando com o Chapeuzinho Vermelho. Aí ela, quando o Chapeuzinho foi passando, aí a Chapeuzinho disse pros bichinho: “Eu não posso brincar agora, tou muita atrasada. Desculpe mais eu tenho que ir”. Aí, né, quando ela foi andando ela andou meio metro, aí foi o lobo mau, pulou assim e disse: “Aon-... aonde, aonde pensa que você vai”. Aí ela disse: “Eu vou na casa da minha vó. (Caia fora)”. Aí o lobo mau pegou a cesta dela, dela, procurou alguma coisa pegou a- aí pegou o negócio que avó dela adorava. Aí o lobo mau comeu comeu nem gostou, jogou pro canto rarara jogou o pau no chão, aí jogou o saco fora, aí ficou cá; [aí], [aí], aí ele, [aí], aí ele ouviu a mãe dela; aí ele se lembrou a mãe dela falando pra ela ir pra casa da avó; [aí]- aí ele muito sabido foi na frente, aí bateu na porta: pá pá pá. Aí a vó dela disse: “Quem é?”. Aí o lobo mau com uma voz fininha disse: “Sou eu, tua neta Chapeuzinho Vermelho”. Aí a vovó disse: “Pode entrar”. Aí ele entrou. [Aí]- aí a vovó que não era burra, que tinha doce pra ela comer, aí ela sabia que era o lobo mau, que atacou o filho dela, que comeu o filho dela inteirinho. Aí ela deu no pé. Aí o lobo mau vestiu a roupa da vovó, botou o óculos, botou a carapuça da vovó que ela sempre usa, parece até a carapuça igualzinha a do saci. Aí ele se deitou na cama, aí se cubriu pra Chapeuzinho não poder, não poder ver a perna dele, aí na... foi chegando. Aí a Chapeuzinho Vermelho, aí Chapeuzinho: pá pá pá. Aí ele, o lobo mau falou com uma voz bem fofinha, ele disse: “Quem é?”. Aí a Chapeuzinho Vermelho disse: “Sou eu, sua neta, Chapeuzinho Vermelho”. Aí o lobo disse com uma voz fofinha: “Pode entrar”. Aí a Chapeuzinho

entrou, [aí viu], aí viu a vó dela que era o lobo mau, disfarçado. Aí ela reparou bem e disse pro lobo mau: “Pra que esse ouvido tão grande”, “É pra mim poder te ouvir melhor, querida”. Aí a Chapeuzinho disse: “Pra que esse nariz tão grande?”, “Pra cheirar essa comida deliciosa”. Aí a Chapeuzinho disse: “Pra que essa boca tão grande?”, aí o lobo disse: “É pra te comer”. Aí ele levantou. Aí a Chapeuzinho ainda era criança, aí foi correndo até o lobo mau ficar cansado. Aí ela... foi assim... ela pulou, aí o lobo mau ficou tonto e não podia vê ela; aí o lobo mau ficou tonto e não podia ver.

Aí foi assim abaixada pela porta para a campanhia [que]- [que]- que ela ia chamar o caçador [que]- que andava pela floresta, aí o Chapeuzinho foi começou: “Socorro, socorro, tem um lobo mau me perseguindo”. [Aí]- aí o caçador tava dormindo assim cansado, dormindo: “Chuss, trurr”. Aí na hora quando ouviu o grito da- da Chapeuzinho disse: “O quê hã, hã, o quê que foi?”. [Aí]- aí o Chapeuzinho chegou: “O lobo mau, ele ta lá na casa da minha vó”. Aí ela pegou minha vó... [aí foi]- aí foi o lobo mau andando e cantando uma canção: “Eu sou o caçador, o caçador, o caçador, eu vou caçar um lobo mau, muito mau”. Aí que ele já tava chegando, cantando, aí o lobo mau ouviu; aí o lobo mau ouviu, aí disse: “Aonde tem um lugar pra mim me esconder”, “Ah, não tem nenhum lugar”. Aí ele foi esconder na cama que ele nem dava; aí o caçador que era forte e podia levantar a cama da vó aí levantou, aí viu o lobo mau, aí o lobo mau deu no pé, [aí]- aí foi correndo; aí o caçador assim, com uma-, querendo matar ele, aí bateu assim [com]- com o martelo na cabeça, aí ele morreu. Aí levou o lobo mau, então o lobo mau, apareceu a vó dela. Aí o chapeuzinho disse: “Graças a Deus”. [Aí]- aí o caçador foi convidado para- para jantar, quer dizer, almoçar com a vó da Chapeuzinho. Aí acabou a estória.

[...]

Autoria: 07REN (Amostra de Fala Infantil PEUL/UFRJ)

Os trechos destacados codificam as porções mais salientes, que, pode-se dizer, constituem o “esqueleto” do texto. Os outros trechos também são muito importantes, mas exercem uma função secundária: relacionam e contextualizam os eventos que dão fôlego à narrativa. Por exemplo, em:

(1)

Aí ela, quando o Chapeuzinho foi passando [na floresta], **aí a Chapeuzinho disse pros bichinho: “Eu não posso brincar agora, tou muita atrasada. Desculpe mais eu tenho que ir”**

a porção de texto em itálico (plano de fundo) permite-nos saber em que circunstância o evento codificado pelo trecho em negrito (plano de figura) aconteceu. É o que está em negrito que, de fato, contribui para a progressão textual.

Os trechos que integram o plano de figura estão no pretérito perfeito do indicativo, o que significa que o momento da enunciação é posterior ao término das ações ali codificadas, que, em sua maioria, são pontuais. Observa-se também a alta incidência do conector *aí* como sequenciador temporal, e não mais como locativo, conforme demonstra o excerto abaixo:

(2)

Aí o caçador disse: “Sou eu, abre eu sou o caçador”, aí ele disse “ó, cuidado em! não vai pela cidade que às vezes tem um lobo mau que a passa para assustar às pessoas pra comer o dedo”. Aí a Cha-... [Aí], aí a mãe dela disse: “Ó, tua vó ta muito doente, quer ir lá na casa dela?” “Eu quero sim”, respondeu o Chapeuzinho Vermelho. Aí ela disse: “Não vá [pela]- pela cidade que às vezes... viu o que o caçador disse que às vezes aparece o lobo mau sempre para comer as crianças”. [Aí ela]- aí ela acreditou, aí ela foi pela floresta, mas viu, mas viu o lobo mau.

Foram observadas muitas outras marcas de oralidade, como o grande número de sequências coordenadas e de trechos truncados, por exemplo. Além disso, chama a atenção o emprego de uma série de construções que deixariam qualquer “gramaticheiro” com os cabelos em pé, mas que, no nosso entendimento, são legitimadas em função do tipo de contrato que os interlocutores estabeleceram durante o ato comunicativo. Representam tais construções os seguintes excertos, que apresentam alguns desvios (destacados) em relação à norma culta da língua:

- (3) aí a Chapeuzinho disse pros bichinho: “Eu não posso brincar agora, tou muita atrasada. Desculpe mais eu tenho que ir”
- (4) “É pra mim poder te ouvir melhor, querida”
- (5) aí o lobo mau ficou tonto e não podia vê ela

Poderíamos facilmente prosseguir descrevendo essa narrativa, tendo em conta as propriedades gramaticais, semânticas ou discursivas que a caracterizam; contudo, isso fugiria aos propósitos deste trabalho. Assim, nas próximas linhas limitamo-nos a discorrer acerca do modo como a transitividade se manifesta no texto em questão. A propósito, elencamos abaixo os resultados mais relevantes de nosso levantamento:

- a) Dos 75 fragmentos destacados que constituem o plano de figura, 60 (80%) são de transitividade alta; 12 (16%) são de transitividade média; e apenas 03 (4%) são de transitividade baixa.
- b) Dos 23 fragmentos destacados que constituem o plano de fundo, 14 (61%) são de transitividade média; 06 (26%) são de transitividade baixa; e apenas 03 (13%) são de transitividade alta.
- c) Não foi identificada nenhuma ocorrência com grau zero ou grau 01 de transitividade.

Esses dados comprovam a hipótese de Hopper e Thompson (1980) de que, em textos narrativos, as sentenças de transitividade mais alta estão fortemente relacionadas ao plano de figura, enquanto as sentenças de transitividade mais baixa, em geral, associam-se ao plano de fundo. Para explicar esse fenômeno, partimos do pressuposto de que, dentre todos os elementos da narrativa que foram colocados em cena pelo enunciador, integram o plano de figura os mais salientes do ponto de vista cognitivo. Se essa mesma história fosse narrada por outras pessoas, certamente ela mudaria em seus aspectos periféricos, afinal, de acordo com a perspectiva do falante, outros elementos poderiam ser focalizados (como o tipo de casa em que Chapeuzinho morava, a roupa da vovozinha etc.); entretanto, os elementos mais diretamente relacionados ao desfecho da história (como as ações das personagens) provavelmente seriam mantidos. Portanto, para nós, isso significa que os planos de figura e de fundo se constituem especialmente em função do modo como o nosso aparato cognitivo interpreta os eventos a que temos acesso.

6.2 ANÁLISE QUANTITATIVA

Aqui, apresentamos os resultados de uma análise quantitativa que levou em conta 280 sentenças produzidas, em situação de entrevista, por 20 informantes cariocas entre 4 e 7 anos de idade. As entrevistas, conforme dissemos anteriormente, estão disponíveis na Amostra de fala infantil do PEUL/UFRJ. Relembramos também que as sentenças foram classificadas em função do número de componentes da transitividade acionados. Para maiores informações, releia o capítulo 5 – Metodologia.

Na tabela abaixo, apresentamos o resultado geral do levantamento. Ressaltamos que todas as sentenças analisadas acionaram, pelo menos, 01 componente da transitividade.

Tabela 1 – Distribuição de todas as sentenças analisadas

Total	Grupo 1 (transitividade alta)	Grupo 2 (transitividade média)	Grupo 3 (transitividade baixa)
280	100 (36%)	116 (41%)	64 (23%)

As informações da Tabela 1 demonstram que as sentenças com baixo grau de transitividade (Grupo 3) são as menos frequentes no *corpus* analisado – representam apenas 23% das ocorrências. Muitas delas são atributivas; outras são existenciais, organizadas pelo predicador *ter*, cujo principal correspondente, em textos escritos mais monitorados, é o verbo *haver*. As sentenças atributivas e as existenciais, representadas pelos exemplos de (1) a (5), em geral acionam somente 02 componentes – polaridade afirmativa e modo *realis*:

1. Esse é pintinho. (PEUL/UFRJ, 18Ali)
2. Ela era tão linda na floresta. (PEUL/UFRJ, 32Luc)
3. Porque eu tava com febre, eu tava doente.²⁴ (PEUL/UFRJ, 27Gra)
4. Lá tem piscina. (PEUL/UFRJ, 08And)
5. Tem duas casas! (PEUL/UFRJ, 08And)

Além das atributivas e das existenciais, também são de baixa transitividade certas sentenças monoargumentais com sujeito paciente. É o que se observa no exemplo abaixo, em que, mais uma vez, foram acionados apenas os traços polaridade (afirmativa) e modo (*realis*).

6. Ah! A minha cabeça tá duendu! (PEUL/UFRJ, 06Ale)

A seguir, apresentamos outras sentenças de transitividade baixa.

7. Eu sempre virei e não caí! (PEUL/UFRJ, 09Ale)
8. Eu gosto de saia e short. (PEUL/UFRJ, 16Ros)

Em (7), foram marcados positivamente os traços aspecto (perfectivo), pontualidade (ação pontual) e modo (*realis*). Já em (8), há 2 participantes, a polaridade é afirmativa e o modo também é *realis*.

²⁴ Analisamos apenas a parte grifada.

Uma característica que parece marcar as sentenças de baixa transitividade é o fato de terem, em sua maioria, apenas um participante, que pode ser um argumento interno ou um argumento externo do elemento ou construção predicadora que o seleciona. Nessas sentenças, os verbos, de forma geral, têm um comportamento mais gramaticalizado (e, portanto, menos concreto) do que os verbos que normalmente organizam as sentenças prototipicamente transitivas²⁵. Além disso, é comum encontrarmos elementos de negação nas sentenças desse grupo. Observe:

9. Ninguém conhece o pai dele. (PEUL/UFRJ, 03Luc)
10. Hoje, eu não tenho aula, só segunda-feira. (PEUL/UFRJ, 27Gra)

Quanto às sentenças do Grupo 2 (transitividade média), elas são as mais frequentes no nosso *corpus* – representam quase a metade do total de ocorrências (41%). O comportamento dessas sentenças é bastante diversificado: muitas delas possuem apenas 1 participante²⁶, mas também há, por exemplo, algumas organizadas por verbos de movimento que, além do sujeito, selecionam também complemento locativo:

11. Durmi. (PEUL/UFRJ, 06Ale)
12. Depois nós vai lá pra fora (PEUL/UFRJ, 10Pri)

Em (11), foram acionados os seguintes traços: cinese, aspecto, agentividade do sujeito, polaridade, volitividade e modo. Já (12) tem as seguintes características: possui mais de 1 participante, codifica ação, o sujeito é agente e intencional, a polaridade é afirmativa e o modo, *realis*.

Muitas das sentenças do Grupo 2 remetem a eventos nos quais o sujeito sintático codifica a entidade que desencadeia a ação denotada pelo predicado, contudo, não ocorre transferência de ação, conforme atestam os seguintes exemplos:

²⁵ Tendo em vista que as sentenças menos transitivas, em sua maioria, são atributivas, existenciais ou organizadas em torno de expressões com verbo-suporte, defendemos que os verbos ali presentes tendem a ter um comportamento mais gramatical (e, portanto, de certo modo, menos concreto) do que os verbos plenos que normalmente organizam as construções prototipicamente transitivas. Salientamos, contudo, que identificamos, no nosso *corpus*, sentenças de transitividade baixa que são organizadas por verbos plenos, como *gostar*, *conhecer*, *ter* (no sentido de “possuir”) e *estar* (indicando localização no espaço).

²⁶ Em geral, nesse caso, o espaço previsto pelo verbo para esse participante é preenchido (também) por um sintagma que codifica o próprio enunciador.

13. Amanhã eu vou pra aula de novo, às nove; eu vou tá lá às nove horas. (PEUL/UFRJ, 07Ren)
14. Eu brinquei. (PEUL/UFRJ, 08And)
15. Pois é... eu dava um mergulho. (PEUL/UFRJ, 08And)

O exemplo (15) comprova que sentenças pertencentes ao Grupo 2 também podem ser organizadas em torno de expressões com verbo-suporte.

Embora, conforme dissemos anteriormente, a negação seja um elemento comum em sentenças do Grupo 3, também é possível encontrá-la frequentemente em sentenças com transitividade média:

16. Eu não mexo com ele. (PEUL/UFRJ, 03Luc)
17. Ninguém fala com o pai dele. (PEUL/UFRJ, 03Luc)
18. ontem a tia passou continha e eu ainda não fiz. (PEUL/UFRJ, 32Luc)

O Grupo 1, que reúne as sentenças com maior grau de transitividade, contém 36% do total de ocorrências. Embora muitas das sentenças desse grupo tenham como sujeito alguém que pratica a ação do predicado intencionalmente, identificamos casos em que, definitivamente, o sujeito não é volitivo:

19. Ah, eu nadu, eu brincu, comu churrascu, nadu, jogu bola, caiu, se machucu, comu linguixa, comu lá, jogu bola, pegu... eu tenhu um negóciu aqui quando eu andu lá, brincu, discambu, durmu, comu banana, cumida. (PEUL/UFRJ, 23Gab)

Em (19), só não foram acionados os traços “aspecto” e “intencionalidade do sujeito”. Nesse caso, consideramos que a sentença possui 2 participantes (embora saibamos que o Agente e o Paciente têm a mesma referência) e que a ação é pontual, apesar de ser interpretada pelo falante como algo recorrente.

A sentença destacada em (20) também remete para um sujeito não intencional, mas, nesse caso, somente o contexto pode legitimar tal análise. Vejamos:

20. É que eu sou muito sabido. Eu sei de tudo. A única coisa que eu não sei é como ficar quieto agora. Porque um dia eu joguei confete na boca de um, da dona Dilma, daquela

cost-... daquele negocinho de costura, sabe? perto da baiana do Leme. Ela ficou tossindo, respirou confete!

No caso, a sentença possui 2 participantes, codifica ação, o aspecto é perfectivo, a ação é pontual (o Agente respirou confete e, por isso, ficou tossindo), a polaridade é afirmativa, o modo é *realis*, o sujeito é agente e o objeto é afetado. Portanto, só não foram acionados os traços “intencionalidade” e “individuação do objeto”.

As sentenças que ocupam as posições mais altas na escala de transitividade, ou seja, as que possuem 09 ou 10 traços marcados positivamente, de fato são organizadas por verbos de ação-processo e, portanto, codificam um “estado de coisas”, possivelmente real, em que um participante transfere uma ação para outro participante e provoca nele alguma mudança de estado ou localização. Vamos aos exemplos.

21. Dona Altair todo dia bota ele de castigo. (PEUL/UFRJ, 03Luc)
22. Ah, eu levei meu patins pra brincar. (PEUL/UFRJ, 08And)
23. Lavei roupa, lavei meia, a meia... pindurei a calça. (PEUL/UFRJ, 12Her)

As sentenças de (21) a (23) acionam 09 componentes da transitividade. Em (21), só não foi acionado o aspecto perfectivo e, em (22) e (23), o traço pontualidade. As sentenças a seguir, por sua vez, são todas prototipicamente transitivas, porque respondem positivamente a todos os 10 traços apresentados por Hopper e Thompson (1980).

24. A minha mãe me botou fora de casa. (PEUL/UFRJ, 04Viv)
25. Aquele bicho que pegou a mulher. (PEUL/UFRJ, 11Eli)
26. O coelhinho? Ele pegou essa aqui; agora vai levar prá casa dele. (PEUL/UFRJ, 18Ali)

Apresentada a distribuição geral das 280 sentenças analisadas, a seguir, mostraremos o tipo de produção mais recorrente na fala das crianças entrevistadas, agrupando-as com base em sua idade. A Tabela 2, a seguir, demonstra os nossos achados.

Tabela 2 – Distribuição das sentenças por idade

Idade	Total de sentenças analisadas	Sentenças do G1	Sentenças do G2	Sentenças do G3
04 anos	85	31 (36%)	39 (46%)	15 (18%)
05 anos	30	10 (33%)	13 (43%)	07 (24%)
06 anos	90	32 (36%)	37 (41%)	21 (23%)
07 anos	75	27 (36%)	27 (36%)	21 (28%)

De acordo com a tabela, as crianças com 04 anos de idade produzem menos sentenças do Grupo 3 do que as crianças mais velhas. Por outro lado, todos os grupos etários produziram mais sentenças de transitividade média do que sentenças altamente transitivas.

A seguir, apresentamos também os resultados por informante. Entre parênteses, foram indicados, respectivamente, o sexo e a idade das crianças entrevistadas.

Tabela 3 – Distribuição das sentenças por informante

Informante	Grupo 1 (transitividade alta)	Grupo 2 (transitividade média)	Grupo 3 (transitividade baixa)
Inf. 01 (fem., 4 anos)	60%	40%	--
Inf. 02 (fem., 5 anos)	33%	40%	27%
Inf. 03 (fem., 4 anos)	47%	40%	13%
Inf. 04 (fem., 6 anos)	20%	47%	33%
Inf. 05 (fem., 4 anos)	20%	67%	13%
Inf. 06 (masc., 7 anos)	53%	20%	27%
Inf. 07 (masc., 7 anos)	27%	33%	40%
Inf. 08 (fem., 6 anos)	40%	47%	13%
Inf. 09 (fem., 5 anos)	33%	47%	20%
Inf. 10 (fem., 4 anos)	27%	40%	33%
Inf. 11 (masc., 7 anos)	53%	33%	14%
Inf. 12 (fem., 6 anos)	60%	13%	27%
Inf. 13 (fem., 7 anos)	47%	47%	6%
Inf. 14 (fem., 4 anos)	40%	40%	20%
Inf. 15 (fem., 4 anos)	60%	40%	--
Inf. 16 (fem., 4 anos)	33%	47%	20%
Inf. 17 (fem., 7 anos)	0%	60%	40%
Inf. 18 (masc., 6 anos)	33%	53%	14%
Inf. 19 (fem., 6 anos)	33%	53%	14%
Inf. 20 (masc., 7 anos)	27%	20%	53%
MÉDIA²⁷	37%	41%	22%

²⁷ A margem de erro no cálculo da média é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Os informantes 1 e 15 concederam entrevistas muito pequenas, de modo que só foi possível analisar 5 sentenças em cada caso. Acreditamos que isso explica por que não foram identificadas, nessas entrevistas, dentro do recorte feito, sentenças com baixo grau de transitividade.

Mas o que esses dados sugerem? O que podemos estabelecer a partir da conjugação dos nossos achados com o que postularam outros estudiosos que se dedicaram à transitividade na perspectiva aqui adotada?

Em Thompson e Hopper (2001), vemos que a conversação é baixa em transitividade, pelo menos no inglês americano adulto. Os autores chegaram a essa conclusão a partir da análise de um texto falado que foi produzido por membros de uma mesma família em contexto não monitorado (ou pouco monitorado), no qual eles conversavam sobre uma receita de bolo. Os nossos resultados, entretanto, comprovam que, na fala de crianças, as sentenças mais frequentes são as de transitividade média. Pode-se supor que essa diferença seja devida à faixa etária dos informantes, contudo, acreditamos ser mais interessante a hipótese de que essa diferença se deu em função das sequências que compõem os textos em questão: quando se conversa sobre uma receita de bolo, certamente predominam sequências injuntivas e explicativas, por exemplo. Por outro lado, quando se narram eventos cotidianos para um entrevistador (como no nosso *corpus*), prevalecem as sequências narrativas. Essas informações, em princípio, nos permitem afirmar que são as especificidades do gênero discursivo em jogo que determinam, em grande medida, como a transitividade vai se manifestar. Tal hipótese, contudo, ainda precisa ser testada por meio da aplicação dos parâmetros a textos de diferentes domínios discursivos e com estruturas diversas.

7 PARA (NÃO) CONCLUIR

O objetivo geral deste trabalho foi descrever o fenômeno da transitividade a partir de diferentes abordagens teóricas e defender a pertinência da proposta de Hopper e Thompson (1980). Para isso, partimos da Gramática Tradicional, discutimos o fenômeno utilizando alguns aspectos da Gramática Gerativa, discorremos acerca da proposição de Perini (2009) e, por fim, reunimos evidências que nos permitiram cumprir adequadamente esse objetivo. Tais evidências foram reunidas a partir da análise de 20 entrevistas produzidas por falantes entre 4 e 7 anos de idade, as quais integram o Banco de Dados da Amostra de Fala Infantil do PEUL/UFRJ. As hipóteses levantadas no início da pesquisa foram confirmadas, pois demonstramos que a transitividade é um sistema que está a serviço da comunicação, manipulado pelos usuários para cumprir seus propósitos comunicativos.

Para finalizar, apresentamos abaixo, seguidas de alguns comentários, as principais contribuições desta pesquisa. Para isso, retomamos alguns questionamentos que foram colocados em cena no capítulo 1 (p. 13).

A primeira questão diz respeito ao alcance da transitividade: afinal, essa propriedade é inerente ao item lexical, ou engloba toda a sentença? Acreditamos que, dependendo do ponto de vista adotado, ambas as alternativas são pertinentes. Dentro de uma abordagem gerativista, por exemplo, faz-se necessário conceber a transitividade como uma propriedade do item lexical que, inclusive, é determinada *a priori*. E também, na verdade, não faz muito sentido pensar esse fenômeno como sendo influenciado por fatores extralinguísticos quando se concebe a Gramática como um mecanismo autossuficiente, com propriedades geneticamente determinadas. Por outro lado, quando se entende que os recursos que a língua coloca à disposição do falante são instrumentais em relação aos propósitos que ele tem em mente quando usa a linguagem, convém atribuir papel de destaque a elementos que subjazem à estrutura linguística, mas que também compõem a cena enunciativa.

A segunda questão pode ser formulada nos seguintes termos: considerando-se que a transitividade, por hipótese, se faz presente em todas as línguas do mundo, o que explica seu caráter universal? Mais uma vez, a resposta depende do lugar de onde o analista parte. Enquanto muitos teóricos explicam os universais linguísticos em termos de propriedades inatas do organismo humano, os funcionalistas procuram explicá-los tendo em vista o formato do aparato cognitivo da espécie e, também, a universalidade dos usos a que a linguagem serve nas mais diferentes sociedades. No que diz respeito especificamente à transitividade, é possível postular, partindo de uma perspectiva funcionalista, que esse fenômeno existe em

todas as línguas porque, na verdade, reflete algumas características da cognição humana e, em grande medida, é usado para organizar a informação. Mas, conforme dissemos anteriormente, essa postulação ainda precisa ser atestada, e isso só poderá ser feito por meio da conjugação de pesquisas da Linguística com pesquisas produzidas, em especial, no âmbito das Ciências Cognitivas.

REFERÊNCIAS

- ABRAÇADO, J. Por que transitividade traço a traço?. In: ABRAÇADO, J.; KENEDY, E. (orgs.). *Transitividade traço a traço*. Niterói-RJ: Editora da UFF, 2014.
- ALMEIDA, N. M. de. *Gramática metódica da Língua Portuguesa*. 46a. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- BORBA, F. da S. *Introdução aos estudos lingüísticos*. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. *Uma Gramática de Valências para o Português*. São Paulo: Ática, 1996.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- _____. Mechanisms of Change in Grammaticalization: The Role of Frequency. In: BRIAN, J. D.; JANDA, R. D. (eds). *The Handbook of Historical Linguistics*. Blackwell Publishing, 2003.
- BUTLER, C. S. *Structure and function: A Guide to Three Major Structural-Functional Theories*. Part 1: Approaches to the simplex clause. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003.
- CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de Linguística e Gramática: referente à língua portuguesa*. 22a. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CARVALHO, J. A. *Gramática Superior da Língua Portuguesa*. 2a. ed. Brasília: Editora Thesaurus, 2011.
- CANÇADO, M. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. 2a. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- _____. *Argumentos: complementos e adjuntos*. ALFA, 2009. Vol. 53, n. 1.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 48a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.
- COSTA, W. A. S. Agentividade e volitividade. In: ABRAÇADO, J.; KENEDY, E. (orgs.). *Transitividade traço a traço*. Niterói, RJ: Editora do UFF, 2014.
- CROFT, W. Autonomy and Functionalist Linguistics. In: *Language*, Vol. 71, No. 3 (Sep., 1995).
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 6a. ed. São Paulo: Lexikon Editorial, 2008.

CYRINO, S.; NUNES, J.; PAGOTTO, E. Complementação. In: KATO, M.; NASCIMENTO, M. do. (Orgs.). *A construção da sentença*. São Paulo: Contexto, 2015.

DELBECQUER, N. *A linguística cognitiva: compreender como funciona a linguagem*. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

FERRARI, L. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; MARTELOTTA, M. E. Linguística. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. de. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZÁRIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013.

GIVÓN, T. *Syntax: A functional-typological introduction*. Volume I. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

_____. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GROLLA, E.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. *Para conhecer: Aquisição da Linguagem*. São Paulo: Contexto, 2014.

HYMES, D. H. On Communicative Competence. In: BRUMFIT, C. J. & JOHNSON, K. *The Communicative Approach to Language Teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1979.

HOPPER, P.; THOMPSON, S.A. Transitivity in Grammar and Discourse. In: *Language*, v. 56, n. 2, 1980.

ILARI, R.; BASSO, R. M. O verbo. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, M. H. de M. *Gramática do português culto no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2008.

KENT, R. D.; READ, C. *Análise acústica da fala*. Tradução de Alexsandro Rodrigues Meireles. São Paulo: Cortez, 2015.

KURY, A. da G. *Novas Lições de Análise Sintática*. 9. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

LAROCA, M. N. C. Pontualidade. In: ABRAÇADO, J.; KENEDY, E. (org.). *Transitividade traço a traço*. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2014.

LYONS, J. *Linguagem e Lingüística: uma introdução*. Tradução de Marilda W. Averbug e Clarisse S. de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MATEUS, M. H. M. et. alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5a. ed. rev. e aumentada. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

- MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.
- NEVES, M. H. de M. *Uma Visão Geral da Gramática Funcional*. ALFA, 1994. Vol. 38.
- _____. *A Gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2009.
- PEZATTI, E. G. O funcionalismo em lingüística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à Linguística: fundamentos metodológicos*. Vol. 3, SP: Cortez, 2004.
- RADFORD, A. et. alií. *Linguistics: na introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- RIOS DE OLIVEIRA, M.; ROSÁRIO, I. C. (orgs.). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.
- ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 18a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- SAID ALI, M. *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. 7. ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1966.
- SHER, A. P. *Quais são as propriedades lexicais de uma construção com verbo leve?*. In: MULLER, A. N.; NEGRÃO, E. V.; FOLTRAN, M. J. (Orgs.). *Semântica formal*. 1a. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- SLOBIN, D. I. The origins of grammatical encoding of events. In: HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. (Eds.). *Studies in transitivity*. [Syntax and semantics, v. 15]. New York: Academic Press, 1982.
- TEIXEIRA, A. M. Cinese. In: ABRAÇADO, J.; KENEDY, E. (orgs.). *Transitividade traço a traço*. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2014.
- THOMPSON, S.; HOPPER, P. Transitivity, clause structure, and argument structure: evidence from conversation. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- TRASK, R. L. *Dicionário de Linguagem e Linguística*. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2011.
- TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- VALE, H. C. Modo. In: ABRAÇADO, J.; KENEDY, E. (orgs.). *Transitividade traço a traço*. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2014.

Dicionário consultados:

HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

FERREIRA, A. B. de O. Minidicionário Escolar Aurélio da Língua Portuguesa. 4a. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

<<https://www.priberam.pt/DLPO/>>

<<http://michaelis.uol.com.br/>>

